

CONTRATO Nº 52-0094760/15_01					
Correspondente no País					
Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA			CNPJ: 02.759.908/0046-00		Telefone:
Agente: SUELY ROSANA OLIVIA			CPF: 666.082.791-91		
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04				Nº:
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA			UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)      Outros Órgãos Públicos ( )      Empresas Privadas ( )					
Dados Titular:	CPF: 096.940.481-68		Nome: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO		
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 11/03/1952	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteiro	Identidade(RG): 850648	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 13/12/2013 / SSP - DF
Nome da Mãe: FRANCISCA LUZIA DE AZEVEDO					E-mail:
CEP: 72313107	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QR 507 CONJUNTO 7				Nº: 4
Complemento:	Bairro: SAMAMBAIA SUL SAMAM	Cidade: BRASILIA			UF: DF
Tel.(DDD e Nº): 61-33596744	Tel.Celular(DDD,Nº): 61-33596744	Portador Adicional(exceto INSS) (X)Não ( )Sim - Formulário Anexo.			
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: INSS			Número do benefício / Matrícula / Registro: 1282045900		Margem(%): 5.00
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N.0, ASA SUL, BRASILIA/DF			Renda(R\$): 2.110.80	Data Admissão: 01/01/2000	Telefone(DDD/Nº): 61-33596744
Nome do Banco Pagador: BRB BANCO DE BRASILIA S.A.		Nº do Banco: 0070	Nº Agencia: 00043	Conta-corrente: 043121343-7	Dia do Pagamento:

### ADESÃO

**1. Condições Gerais:** Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

**2. Autorização para Reserva de Margem Consignável:** Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

**3. Outras Declarações:** Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: [www.daycoval.com.br](http://www.daycoval.com.br); (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data:

Brasília, 21/10/2015  
Ubanilda Ferraz de Azevedo  
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

DADOS DO TITULAR			
CPF:	Nome:	Nº Cartão/Proposta:	
096.940.481-68	Ulanilda de F. de Aguiar	94760	
Empregador:	Matricula:		
INSS	5282045900		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta-Corrente
BAB Banco de Brasília	0070	00043	043125343-7
<p>Autorizo o <b>BANCO DAYCOVAL S/A</b>, em caráter irrevogável e irretroatável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu <b>Cartão de Crédito Consignado Daycoval</b>, para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p>			
<p>Valor do Saque*: R\$ <u>2.790,00</u> (_____).</p> <p>Taxa de Juros: <u>3,06</u> % a.m. Taxa de Juros: <u>44,30</u> % a.a. IOF Diário: <u>2,0082</u> % a.d. IOF Adicional: <u>0,38</u> %</p> <p>Tarifa: R\$ <u>15,00</u> CET: <u>3,74</u> % a.m. CET: <u>55,33</u> % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			

Local e Data: Brasília, 21/10/2005

Ulanilda de F. de Aguiar

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
DEPT. INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



IDOSO

*Ubânia Ferraz de Azevêdo*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Recomenda-se não plastificar

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

850.648 13/12/2013

**UBÂNILDA FERRAZ DE AZEVEDO**

CÂNCIO FERRAZ DE AZEVEDO  
FRANCISCA LUIZA FERRAZ DE AZEVEDO

RECIFE / PE 11/03/1952

C.CAS.C/AV.DIV. Nº. 8374, FOLHA 284, LIVRO B-0030, 2º OF. (07/05/1997)  
BRASÍLIA - DF

**096.940.481-68**  
7530626D

*Carlos César de Sousa Saraiva*

NH 03

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Oi S.A.

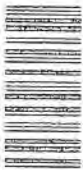
SCS Qd. 02 Bloco E Projção 21 - ASA SUL

CEP 70302-903 - Brasília - DF

CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43

CNPJ: 76.535.764/0326-90 I.E. 07.408.927/032-23

64800474



CDD SAMAMBAIA BSB SS1

UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

QD QR 507 CJ07 C 04

SAMAMBAIA SUL ATRAS DO COLEGIO

72313-107 SAMAMBAIA - DF



7213512820021370000000047430170315

Referência

MARÇO/2015

Telefone

(61) 3389 6744

Vencimento

27/03/2015

Total a pagar

R\$ 172,88

## Resumo da sua fatura



## OI FIXO

R\$ 29,91

## OI FIXO

8,91

PACOTE DE MINUTOS FIXO-FIXO LOCAL

PACOTE DE MINUTOS FIXO-MOVEL LOCAL

SERVICOS DIGITAIS

OUTROS PACOTES E SERVICOS MENSAIS

21,00



## OI VELOX

R\$ 55,89

OFERTA VELOX E SERVICOS DE BANDA LARGA

ASSINATURA VELOX

55,89

ANTIVIRUS + BACKUP + EDUCA



## EXCEDENTES, OUTROS SERVICOS E TAXAS ...

R\$ 25,99

LIGACOES FIXO-FIXO

18,79

LIGACOES FIXO-MOVEL

1,85

SERVICOS OUTRAS PRESTADORAS E TERCEIROS

6,35



## OI TV

R\$ 59,89

GANHE R\$10 DE DESCONTO NOS PRÓXIMOS 3 MESES.

CADASTRE SUA CONTA NO DÉBITO AUTOMÁTICO EM CONTA CORRENTE.

Você não se preocupa mais com atrasos no recebimento e no pagamento da sua fatura.

E ainda continua recebendo, em casa, o detalhamento impresso da sua conta.

Faça o cadastro da sua fatura pela Minha Oi ou pelo telefone 103 14.

Para mais informações, acesse [www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/minha-oi/debito-automatico](http://www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/minha-oi/debito-automatico)

Válida para todas as instituições financeiras - Para os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banrisul ou Itaú, a adesão pode ser

## Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20151021003496007

Status: Efetivada

Valor: 2,740.00

Data do Movimento: 21/10/2015

<b>ISPB IF Remetente:</b>	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
<b>Tipo de Pessoa Remetente:</b>	PJ - Pessoa Jurídica
<b>CNPJ / CPF do Remetente:</b>	62.232.889/0001-90
<b>Nome do Remetente:</b>	Banco Daycoval
<b>Nome do Favorecido:</b>	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
<b>CPF do Favorecido:</b>	096.940.481-68
<b>Banco Creditado:</b>	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
<b>Agência Creditada:</b>	00043
<b>Conta Creditada:</b>	043121343 - 7
<b>Tipo de Pessoa Creditada:</b>	PF - Pessoa Física
<b>Data do Status:</b>	21/10/2015
<b>Histórico:</b>	Lib. Telesaque Cartão Consignado

## Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20180503007169598

Status: Efetivada

Valor: 973.00

Data do Movimento: 03/05/2018

<b>ISPB IF Remetente:</b>	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
<b>Tipo de Pessoa Remetente:</b>	PJ - Pessoa Jurídica
<b>CNPJ / CPF do Remetente:</b>	62.232.889/0001-90
<b>Nome do Remetente:</b>	Banco Daycoval
<b>Nome do Favorecido:</b>	UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO
<b>CPF do Favorecido:</b>	096.940.481-68
<b>Banco Creditado:</b>	BRB BANCO DE BRASILIA S.A.
<b>Agência Creditada:</b>	00043
<b>Conta Creditada:</b>	43121343 - 7
<b>Tipo de Pessoa Creditada:</b>	PF - Pessoa Física
<b>Data do Status:</b>	03/05/2018
<b>Histórico:</b>	Lib. Telesaque Cartão Consignado



## CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), emissor do CARTÃO, e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao SISTEMA ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

### **Importante: leia este contrato com atenção.**

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL, o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

**CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES:** Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

**ADICIONAL:** pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado ao seu CARTÃO.

**BANDEIRA:** significa empresa que autoriza o uso de sua marca e de sua tecnologia, proprietária dos sistemas que permitem a emissão do CARTÃO e utilização nos ESTABELECIMENTOS;

**CARTÃO:** cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento eletrônico para aquisição de bens e/ou serviços em ESTABELECIMENTOS.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:** central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

**COMPROVANTE DE VENDA:** documento emitido pelo

ESTABELECIMENTO comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

**CONVENIADA:** entidades e pessoas jurídicas públicas ou privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

**ENCARGOS DE SAQUE:** são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

**ESTABELECIMENTO:** significa o fornecedor de bens e/ou serviços que aceitam o CARTÃO como forma de pagamento.

**FATURA:** documento mensal emitido pelo DAYCOVAL ao TITULAR, enviado por correio e/ou disponibilizada por meios eletrônicos, as despesas decorrentes das TRANSAÇÕES realizadas e já processadas, valores e datas, identificação do ESTABELECIMENTO, montantes totais e mínimos a pagar, débitos anteriores em aberto, o valor dos encargos contratuais, inclusive os de mora, quando houver, percentual máximo de encargos para o próximo período, limite de crédito total, data de vencimento, taxas praticadas, anuidades, tarifas, IOF e seguros, o valor pago no mês anterior e o saldo anterior quando devido, bem como eventuais créditos, local e instruções para pagamento e o Custo Efetivo Total (CET) tudo em conformidade com o disposto neste Contrato e na legislação vigente, bem como os avisos ou comunicados relacionados a este Contrato ou de relevância para o TITULAR, entre outras informações..

**PAGAMENTO MÍNIMO:** valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, que será consignado junto à CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

**PORTADOR:** significa o usuário do CARTÃO, TITULAR

e/ou seu ADICIONAL.

**REMUNERAÇÃO:** salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

**SALDO DEVEDOR REMANESCENTE:** resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA.

**SAQUE:** é um serviço facultativo atrelado ao CARTÃO que estará disponível, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE. O SAQUE permite a retirada de dinheiro em espécie em caixas eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos solicitadas através da Central de Atendimento do CARTÃO ou por meio dos canais de relacionamento disponibilizados pelo DAYCOVAL, inclusive correspondentes bancários autorizados no país e por outros meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL, e resulta na imediata contratação de financiamento com o DAYCOVAL.

**SENHA:** sequência de números que representa assinatura eletrônica do PORTADOR na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa.

**SISTEMA:** significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

**TERMO DE ADESÃO:** significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de concordância com os termos e condições do presente contrato.

**TITULAR:** pessoa física que solicitou o CARTÃO, que mantém vínculo jurídico com a CONVENIADA.

**TRANSAÇÃO:** toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

#### **CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO**

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

#### **CLÁUSULA 3ª - FORMAS DE ADESÃO**

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos: (i) assinatura física ou eletrônica, ou aceite verbal com gravação

de voz do TERMO DE ADESÃO, sendo que esta última não será aplicada caso haja vedação expressa nas legislações regulamentadoras da CONVENIADA; (ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO; (iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO; (iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou (v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

#### **CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL**

4.1. O CARTÃO será emitido exclusivamente com função de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contém no mínimo o nome do PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e se destina à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS e/ou realização de saques dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

#### **CLÁUSULA 5ª - USO DO CARTÃO**

5.1 O PORTADOR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO e deverá ser devolvido, ao DAYCOVAL, quando solicitado.

5.2 Obrigações especiais do PORTADOR: (a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO; (b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO; (c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento; (d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário; (e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa; (f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais; (g) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso; (h) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído; (i) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02 (dois) dias de seu vencimento; (j) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; (k) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal; e (l) após o recebimento do CARTÃO, efetuar o seu desbloqueio antes da 1ª utilização.

5.3. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os



COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES.

5.3.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.3.2 As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, de acordo com a política de risco e de crédito do DAYCOVAL, caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO, ou nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.4. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a assinatura desse documento e/ou digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.5. O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via marketing direto.

5.5.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.5.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. **Saques:** Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO de crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de pagamento da FATURA, conforme valores e limites previamente definidos na FATURA.

5.6.1. O PORTADOR poderá solicitar o SAQUE no ato da contratação do CARTÃO, desde que haja LIMITE DE CRÉDITO disponível (pré-saque).

5.6.2. Após recomposição do LIMITE DE CRÉDITO, o PORTADOR, poderá realizar novos SAQUES (saques complementares).

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver

qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tornando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. **Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO:** O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

5.11.1. **Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.**

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, o PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11, por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. **Pagamento de Contas:** Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretroatável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelo(s) ADICIONAL(IS) por ele indicado(s).

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é compartilhado com o TITULAR e o ADICIONAL.

5.13.2. A emissão do CARTÃO ADICIONAL está sujeita à análise e aprovação do DAYCOVAL.

#### **CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO**

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega da FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e suas alterações serão comunicadas através da FATURA.

6.2. O LIMITE DE CRÉDITO tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão e será informado mensalmente na FATURA, ficando facultado ao DAYCOVAL reduzir ou aumentar, a seu exclusivo critério, de acordo com a sua política de crédito e/ou aumento ou redução de margem consignável, mediante comunicação na FATURA, sendo que eventual discordância poderá ensejar o bloqueio ou suspensão do CARTÃO.

6.2.1. Considerando que o LIMITE DE CRÉDITO é concedido pelo DAYCOVAL com base na margem consignável disponível no momento da adesão ao CARTÃO, o DAYCOVAL, na hipótese de redução da margem consignável, poderá, consequentemente, reduzir o LIMITE DE CRÉDITO, independentemente de aviso prévio ao TITULAR.

6.2.2. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma, o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

#### **CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS**

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar TRANSAÇÕES na modalidade parcelada. Nas compras parceladas, o valor total da TRANSAÇÃO comprometerá o LIMITE DE CRÉDITO:

(a) **Parcelado Emissor:** se disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo Emissor, com acréscimo de juros remuneratórios, IOF e demais encargos. O PORTADOR deverá consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO ou a FATURA sobre as taxas de juros e demais condições aplicáveis.

(b) **Parcelado ESTABELECIMENTO** (se disponível à época da compra pelo ESTABELECIMENTO): o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo ESTABELECIMENTO, sem a cobrança de juros. As

condições de parcelamento nessa modalidade devem ser consultadas diretamente com o ESTABELECIMENTO.

7.2. **Vencimento Antecipado das Parcelas:** O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

#### **CLÁUSULA 8ª - TARIFAS**

8.1. As tarifas e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

8.2. Os valores das tarifas poderão ser alterados pelo DAYCOVAL, de tempos em tempos, observadas as normas editadas pelo Banco Central do Brasil, hipótese em que, o TITULAR será comunicado através da FATURA e/ou na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no *Site* DAYCOVAL e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no *SITE* e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, restrito a casos de pedidos de reposição formulados pelo TITULAR e/ou ADICIONAL, decorrente de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(iv) tarifa de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem regulamentação em vigor e os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

#### **CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA**

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na

REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MÍNIMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto parcial, o TITULAR deverá pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso a FATURA não seja recebida em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento, o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

#### **CLÁUSULA 10ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR**

10.1. O TITULAR está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA. O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na

FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

10.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 10.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecida pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

10.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR com o CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

10.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação em vigor.

10.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

#### **CLÁUSULA 11ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL**

11.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênio firmado com a CONVENIADA, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

11.2. Para possibilitar a apuração dos valores devidos, o valor das Transações e/ou Saques efetuados com o Cartão fora do território brasileiro será convertido para a moeda corrente nacional mediante a aplicação da taxa de câmbio do dólar norte-americano praticada pelo Daycoval na data de emissão da Fatura.

11.3. A taxa de câmbio do dólar utilizada pelo DAYCOVAL será compatível com a taxa média de mercado para operações de varejo praticada para pessoas físicas podendo, em alguns casos, ser superior ou inferior à taxa informada pelo Banco Central.

11.4. O valor das TRANSAÇÕES realizadas no exterior em moeda diferente do dólar norte-americano será primeiramente convertido em dólar norte-americano, na data da TRANSAÇÃO, conforme os critérios e sistemas utilizados pela Bandeira, para só então haver a conversão para a moeda corrente nacional na data de emissão da FATURA.

11.5. Se a taxa de câmbio utilizada pelo DAYCOVAL na data de emissão da FATURA for diferente da taxa de câmbio vigente na data de seu vencimento (ou de seu pagamento quando este ocorrer antes do vencimento) o valor relativo à diferença das taxas de câmbio será creditado ou debitado, conforme o caso, na próxima FATURA.

11.6. Conforme a legislação pertinente sobre os valores das TRANSAÇÕES efetuados em moeda estrangeira haverá a incidência do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras (e/ou outro tributo que legalmente vier a substituí-lo ou se torne exigível), à alíquota e condições vigentes à época, cujos valores serão lançados na FATURA.

11.7. Se forem estabelecidos novos tributos e/ou custos adicionais decorrentes da remessa de moeda ao exterior para pagamento das TRANSAÇÕES efetuadas fora do território brasileiro com o CARTÃO, estes serão de responsabilidade exclusiva do TITULAR, ficando o DAYCOVAL autorizado a lançá-los na FATURA.

11.8. Se houver restrição para remessa de moeda ao exterior, o TITULAR será responsável pelo valor de eventual variação cambial da remessa, bem como pelos custos adicionais decorrentes até que seja possível efetuar as remessas devidas.

11.9. O PORTADOR deverá comunicar o DAYCOVAL previamente à utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES no exterior de modo a evitar que o CARTÃO seja bloqueado por TRANSAÇÕES fora do perfil do PORTADOR.

#### **CLÁUSULA 12ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS**

12.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

12.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA com a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA na qual foi discriminada o lançamento alvo da contestação.

12.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

12.3. A contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada por escrito e assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e, eventualmente, pelo CARTÃO.

12.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

12.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

12.5. Em caso de divergência com um ESTABELECIMENTO, remanesce a obrigação do TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

12.6. O TITULAR tem ciência de que o estorno e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos da BANDEIRA.

#### **CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS**

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso,

bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo

13.2. Em caso de falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO será de exclusiva responsabilidade do TITULAR o pagamento da FATURA. Caso o PAGAMENTO MÍNIMO não seja realizado, o DAYCOVAL bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 13.5. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

13.3. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue por meio de ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito aos seguintes encargos, calculados sobre o saldo devedor desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

13.4. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

**13.5. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.**

**13.6. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.**

#### **CLÁUSULA 14ª - BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO**

14.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente ou definitivamente o CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente Contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por

exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) falecimento do TITULAR;

(g) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(h) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(i) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR junto à CONVENIADA;

(j) rescisão do Convênio firmado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(k) na ocorrência de qualquer hipótese de suspensão do CARTÃO prevista neste Contrato;

(l) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável com a CONVENIADA;

(m) atraso no pagamento;

(n) restrição de crédito em nome do TITULAR perante quaisquer órgãos de proteção ao crédito, incluindo o CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo);

(o) suspeita de uso irregular do CARTÃO;

(p) caso não seja possível a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

(q) ATRASO ou FALTA DE REPASSE dos valores consignados, por parte da CONVENIADA.

14.2 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

14.3. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo indicado no plástico. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade.

14.3.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

#### **CLÁUSULA 15ª - VIGÊNCIA E RESCISÃO**

15.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura do Termo de Adesão ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, ser rescindido, por qualquer uma das partes.

15.2. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resolver o presente contrato comunicando a outra parte sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver o(s) CARTÃO(ÕES) ao DAYCOVAL,

devidamente inutilizado(s), e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez, através da ficha de compensação disponibilizada na FATURA.

#### **CLÁUSULA 16ª - ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

16.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

16.2. **Fica assegurado ao TITULAR o direito de se manifestar contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem.**

16.2.1. **O pagamento parcial da fatura ou a utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.**

16.3. Os comunicados de alteração no contrato serão informados por meio da FATURA disponibilizada ao TITULAR.

#### **CLÁUSULA 17ª - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

17.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL comunicará o TITULAR acerca da cessão ou transferência.

17.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

17.3. **Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 17.2. acima.**

#### **CLÁUSULA 18ª - DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. A omissão ou tolerância do DAYCOVAL quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou neste Contrato não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

18.2. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL em caráter irrevogável e irretratável a fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

18.3. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL, em caráter irrevogável e irretratável a: (a) trocar informações cadastrais, de créditos e débitos com sistemas positivos e negativos de crédito, como aqueles do Serasa S.A. e do Serviço de Proteção ao Crédito; (b) consultar todas as suas informações

no Sistema de Informações de Crédito (“SCR”) e no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (PCAM 415) do Banco Central do Brasil (“BCB”); e (c) fornecer ao BCB quaisquer informações solicitadas, inclusive para inserção no SCR. A autorização ora concedida ao DAYCOVAL no item (b) acima é extensiva (i) às câmaras e aos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro; (ii) às entidades autorizadas a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos e de valores mobiliários; e (iii) às instituições que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito do PORTADOR.

18.3.1. O PORTADOR declara estar ciente que o SCR é um sistema administrado pelo BCB, que armazena dados remetidos pelas instituições especificadas na regulamentação em vigor sobre operações de crédito, com a finalidade de prover informações ao BCB para monitoramento do crédito no sistema financeiro, exercício de suas atividades de fiscalização e intercâmbio de informações entre instituições financeiras a respeito do montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito.

18.3.2. As consultas no SCR podem ser feitas (i) pelo próprio BCB; (ii) pelos clientes em geral, junto ao BCB, de acordo com as orientações constantes de sua página na internet; e (iii) pelas instituições participantes do SCR que tenham autorização específica do PORTADOR para tanto.

18.3.3. Caso seja necessário alterar, excluir, cadastrar medida judicial ou manifestar discordância relacionada a quaisquer informações remetidas ao SCR pelo DAYCOVAL, o PORTADOR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

18.3.4. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos diretamente junto ao BCB, em qualquer de suas unidades, por meio da Central de Atendimento ao Público ou ainda em sua página na internet.

18.4. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefone, e-mail, SMS e correspondência, para ofertar produtos e serviços do conglomerado, ações destinadas à prevenção de fraudes, bloqueio ou desbloqueio do CARTÃO, novidades do DAYCOVAL e/ou empresas do Grupo DAYCOVAL. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação ao DAYCOVAL.

18.4.1. Todas as notificações e outras comunicações relacionadas a este Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues por correio eletrônico (e-mail) ou pessoalmente

com protocolo de recebimento ou ainda, pelo correio, mediante carta com aviso de recebimento, em qualquer caso, para os endereços físicos e eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.2. O PORTADOR para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil informam os endereços eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.3. As partes obrigam-se (i) a manter válidos e ativos os endereços indicados no Termo de Adesão durante todo o período de vigência deste Contrato; e (ii) a comunicar a outra parte em caso de alteração de quaisquer dos endereços acima indicados, sob pena de considerarem-se válidas quaisquer comunicações (incluindo quaisquer notificações, intimações e citações) enviadas aos endereços acima referidos.

18.5. O DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, prestará informações, esclarecerá dúvidas e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais problemas relacionadas ao CARTÃO.

18.6. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação brasileira em vigor e as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil.

18.7. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos da FATURA não paga com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

18.8. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e sua(s) respectiva(s) FATURA(S) constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

#### **CLÁUSULA 19ª - FORO**

19.1 As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

**BANCO DAYCOVAL S.A.**

Este contrato foi registrado sob nº 2.150.519 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 12/03/2018.

#### **Central de Atendimento:**

**3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas**

**0800 721 5300 Demais Localidades**

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

**Ouvidoria: 0800- 777 0900**

De segunda à sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.

**SAC: 0800 – 880 6158 (para sugestões, reclamações e cancelamento)**

**Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala:**

**0800 – 880 1919**

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

**Site DAYCOVAL: [www.daycoval.com.br](http://www.daycoval.com.br)**



# BancoDaycoval

## CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao Sistema de Cartões do DAYCOVAL (“SISTEMA”) ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

**Importante: leia este contrato com atenção**

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

**CLÁUSULA 1 º – DEFINIÇÕES:** Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

**BANDEIRA:** empresa(s) sediada(s) no Brasil que ceder(em) ao DAYCOVAL o direito de usar sua marca e rede de ESTABELECIMENTOS;

**CARTÃO:** cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento de transações efetuadas junto aos ESTABELECIMENTOS.

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:** central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente junto a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

**COMPROVANTE DE VENDA:** documento emitido pelo ESTABELECIMENTO, comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

**CONVENIADA:** entidades e pessoas jurídicas públicas ou

privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

**ENCARGOS DE SAQUE:** são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA MENSAL, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através de ligação telefônica para a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

**ESTABELECIMENTO:** pessoas físicas ou jurídicas, fornecedores de bens e/ou serviços, credenciados a aceitar o CARTÃO DO DAYCOVAL.

**FATURA MENSAL ou FATURA:** documento representativo da prestação de contas do DAYCOVAL ao TITULAR, onde são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas.

**PAGAMENTO MÍNIMO:** valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, consignado junto a CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

**PORTADOR:** qualquer pessoa física, portadora do CARTÃO, incluindo o TITULAR e seu ADICIONAL.

PORTADOR ADICIONAL ou simplesmente ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado à sua conta-cartão.

**REMUNERAÇÃO:** salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

**SALDO DEVEDOR REMANESCENTE:** resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA. **SAQUE:** é um serviço facultativo que poderá ser prestado,

desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE, desde a data em que for realizado, que resulta na imediata contratação de financiamento com a disponibilização pelo DAYCOVAL ao PORTADOR de moeda em espécie, a ser realizado em Caixas Eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos via Central de Atendimento do CARTÃO.

**SENHA:** sequência de números emitida pelo sistema do DAYCOVAL e entregue ao PORTADOR que representa sua assinatura eletrônica na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa. SISTEMA DE CARTÕES ou simplesmente SISTEMA significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

**TERMO DE ADESÃO:** significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de sua concordância com os termos e condições do presente contrato.

**TITULAR:** titular do CARTÃO que mantenha vínculo jurídico com a CONVENIADA.

**TRANSAÇÃO:** toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

##### CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

##### CLÁUSULA 3 º - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos:

(i) assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica do TERMO DE ADESÃO;

(ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO;

(iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO;

(iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou

(v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

##### CLÁUSULA 4 º - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O SISTEMA compreende CARTÃO exclusivamente de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão e propriedade do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contem no mínimo o nome do

PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, painel de assinatura, holograma de segurança, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA, faixa reservada para assinatura ou CHIP (conforme o caso) e tarja magnética.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e destina-se à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

##### CLÁUSULA 5 º - USO DO CARTÃO

5.1. O TITULAR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO, sendo este de propriedade do DAYCOVAL e deverá ser devolvido ao DAYCOVAL quando solicitado.

5.1.1. Obrigações especiais do TITULAR e/ou PORTADOR/ADICIONAL:

(a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO

(b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO;

(c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento;

(d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário;

(e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa;

(f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais;

(h) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso;

(i) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído;

(j) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02(dois) dias de seu vencimento;

(k) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; e

(l) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para a obtenção de recursos financeiros ou qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal;

(m) após o recebimento do CARTÃO efetuar o desbloqueio do mesmo antes da 1º utilização.

5.2. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES, recebendo 01 (uma) das vias.

5.2.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO

CC 11.301 - SET/2013

constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.2.3. As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, com base na situação da conta do TITULAR ou caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO ou ainda nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.3. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a aposição da assinatura nesse documento e/ou a digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.4. **Sistema de Assinatura em Arquivo:** O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem assinatura do comprovante de vendas ou apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via Marketing Direto.

5.4.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.4.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

**5.6. Saques:** Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO na função crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de vencimento da FATURA, conforme valores e limites definidos previamente nas FATURAS.

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao

DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via Internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tomando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

**5.11. Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO:** O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

**5.11.1. Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.**

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, O PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11., por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

**5.12. PAGAMENTO DE CONTAS:** Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

**5.13. Portadores Adicionais:** O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelos PORTADORES ADICIONAIS por ele indicados.

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é único para os CARTÕES do TITULAR e de seu(s) ADICIONAL(IS), sendo o TITULAR responsável por todas as TRANSAÇÕES de seu(s) ADICIONAL(IS), uma vez que o LIMITE DE CRÉDITO para o(s) ADICIONAL(IS) é compartilhado com o LIMITE DE CRÉDITO do TITULAR.

5.13.2. O DAYCOVAL reserva-se ao direito de definir as regras para aceitação do ADICIONAL indicado, sendo todas

as cláusulas e condições deste contrato aplicáveis no que couber ao ADICIONAL.

##### CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega e/ou FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou pela CENTRAL DE ATENDIMENTO e/ou por correspondência, devendo suas alterações serem comunicadas através da FATURA MENSAL.

6.2. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou aumentar o LIMITE DE CRÉDITO, mediante comunicado ao TITULAR, podendo este aceitar ou não a alteração, mediante expressa manifestação, sendo que, eventual discordância poderá ensejar a rescisão do contrato.

6.2.1. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

##### CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar transações na modalidade de crédito parcelado.

7.2. Nas compras de modalidade crédito parcelado, o PORTADOR deve obter as informações do tipo e condições de parcelamento disponíveis no ESTABELECIMENTO.

**7.3. Parcelado Lojista:** Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado Lojista, não haverá qualquer encargo de financiamento a ser cobrado do PORTADOR pelo DAYCOVAL. O financiamento, neste caso, será suportado pelo ESTABELECIMENTO.

**7.4. Parcelado DAYCOVAL:** Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado pelo DAYCOVAL, o valor de cada parcela será acrescido de taxas de financiamento cobradas pelo DAYCOVAL à época, devendo o PORTADOR informar-se previamente junto à CENTRAL DE ATENDIMENTO sobre as taxas de financiamento e demais condições aplicáveis.

**7.5. Vencimento Antecipado das Parcelas:** O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais parcelas, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

##### CLÁUSULA 8ª - TARIFAS DE SERVIÇOS

8.1. As tarifas de serviços e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou

convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

8.2. É facultado ao DAYCOVAL a seu exclusivo critério e de acordo com sua política interna deixar de cobrar, reduzir ou aumentar o valor das tarifas do CARTÃO. No caso de aumento do valor de alguma tarifa vinculada ao CARTÃO a cobrança ocorrerá depois de decorridos 30(trinta) dias da veiculação da mesma na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, exceto para os casos de alteração de senha, falsificação e vencimento do CARTÃO;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; (iv) tarifa pelas TRANSAÇÕES de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

##### CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL remeterá para o endereço indicado pelo TITULAR, a FATURA para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado, que estará indicado no campo PAGAMENTO MÍNIMO. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA.

9.1.1. O TITULAR poderá utilizar a FATURA para pagamento parcial ou total do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR junto a CONVENIADA, devendo o valor remanescente não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 11ª adiante.

9.3. Se o valor consignado for inferior ao total da FATURA o TITULAR poderá efetuar o pagamento do saldo devedor remanescente da FATURA em parte ou total, por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA, na rede bancária.



9.4. Caso não seja possível, por qualquer motivo, a consignação em folha a favor do DAYCOVAL, o TITULAR deverá providenciar o pagamento de valor igual ou superior ao mínimo estipulado na FATURA, por meio da ficha de compensação encaminhada com a mesma.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 13ª adiante, da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação junto ao DAYCOVAL.

9.6. Caso o TITULAR não tenha recebido a FATURA até a data de seu vencimento, é de sua exclusiva responsabilidade obter o valor das despesas e instruções para pagamento por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

**CLÁUSULA 10ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL**

10.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados com as CONVENIADAS, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

10.2. A utilização internacional do CARTÃO destina-se a realização de despesas com viagens ao exterior, respeitando o limite de crédito informado na fatura mensal e as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação e que, como tal, estejam sujeitas a regulamentação específica.

10.5. Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO, de TRANSAÇÕES com finalidade diversa das previstas neste Contrato e normas do Banco Central do Brasil, poderão ser objeto de comunicação à Secretaria da Receita Federal, através do Banco Central do Brasil, que também poderá adotar medidas cabíveis no âmbito de sua competência.

10.6. Configuradas as hipóteses previstas nas cláusulas anteriores, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o DAYCOVAL promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO.

10.7. Na aquisição de bens e serviços realizados no exterior, o TITULAR pagará todos os tributos e taxas, incluindo variação cambial, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e quaisquer outros encargos incidentes sobre as operações de crédito, bem como sobre as transações

internacionais, realizadas com o CARTÃO, conforme a legislação em vigor.

10.8. As transações internacionais serão faturadas pelo seu valor na moeda da aquisição convertido, obrigatoriamente, na data do processamento, para Dólares Americanos, e serão pagas em moeda nacional pelo valor apurado com base na taxa intermediária do mercado interbancário, utilizada para o fechamento dos contratos para remessa de dólares das compras realizadas em território internacional do dia de pagamento.

10.9. O saldo devedor em dólar será convertido, pelo DAYCOVAL, para a moeda corrente nacional, utilizando a taxa de conversão vigente no dia da emissão da fatura, devendo o TITULAR efetuar o pagamento desse saldo.

10.10. Após a data de vencimento da fatura, a dívida por esta representada será sempre considerada em moeda corrente nacional.

10.11. Na hipótese de ocorrer variação da taxa de conversão entre a data de emissão da fatura e a do seu respectivo pagamento, a diferença será ajustada (débito/crédito) na próxima fatura. O pagamento efetuado antes da data da emissão da fatura será considerado como amortização do saldo devedor em dólar, devendo, de qualquer forma, ser utilizada a taxa de conversão do dia da amortização. Neste caso, se ocorrer variação da taxa de conversão após a amortização, não serão efetuados ajustes.

**CLÁUSULA 11ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS**

11.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA MENSAL, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

11.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA junto a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA onde foi discriminado o lançamento alvo da contestação.

11.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

11.3. Para a contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada contestação por escrito assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e eventualmente pelo CARTÃO.

11.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

11.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR

EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

11.5. Se o TITULAR e/ou ADICIONAL tiver(em) qualquer divergência com um ESTABELECIMENTO deverá ainda assim o TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO, conforme disposto na cláusula 9.7 acima.

11.6. O TITULAR tem ciência de que o estomo e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos previstos no relacionamento entre a BANDEIRA e o SISTEMA.

**CLÁUSULA 12ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR**

12.1. O TITULAR está ciente de que ao pagar, até a data de vencimento, qualquer valor entre o PAGAMENTO MÍNIMO informado e o total de sua FATURA, estará optando por financiar o saldo devedor remanescente, sujeito à incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA.

O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

12.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 12.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecido pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

12.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR através do CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

12.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

12.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

**CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS DE CRÉDITO ROTATIVO**

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso, bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo.

13.2. Ocorrências de inadimplência do TITULAR por falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA em virtude de falha no processamento da CONVENIADA ou de determinações judiciais, serão de sua exclusiva responsabilidade o pagamento das FATURAS pendentes por meio da ficha de compensação correspondente. Caso em qualquer mês não seja possível que a CONVENIADA consigne o PAGAMENTO MÍNIMO na REMUNERAÇÃO do TITULAR, o DAYCOVAL

5

junto à CONVENIADA;

(k) rescisão da parceria firmada pelo DAYCOVAL com a CONVENIADA;

(l) inadimplemento de qualquer outra obrigação assumida neste Contrato; ou

(m) na ocorrência de qualquer/quaisquer hipótese(s) de suspensão do CARTÃO.

(n) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável junto a CONVENIADA;

**15. BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO**

15.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente o uso de qualquer CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) atraso no pagamento ou descumprimento de qualquer obrigação prevista neste contrato;

(b) restrição de crédito em nome do TITULAR perante o SERASA, SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo) ou de qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso em pagamento ou descumprimento de obrigação financeira;

(c) uso irregular do CARTÃO;

(d) caso não seja possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

15.2. SE HOUVER SUSPEITA OU INDÍCIO DE USO IRREGULAR DO CARTÃO, O DAYCOVAL CONFIRMARÁ COM O PORTADOR OS DADOS CADASTRAIS E/OU COMPORTAMENTAIS DE CONSUMO, PODENDO SUSPENDER, TEMPORARIAMENTE, O USO DO CARTÃO, ATÉ QUE AS AVERIGUAÇÕES SEJAM CONCLUÍDAS.

15.3 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

**15.4. Considerando que o CARTÃO será emitido com alguns benefícios e isenções concedidos exclusivamente em virtude da consignação junto a CONVENIADA, o DAYCOVAL poderá, mediante comunicação inserida na FATURA e/ou por comunicação endereçada ao TITULAR, bloquear o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES sempre que não for possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA. O DAYCOVAL poderá, ainda, a seu**

**exclusivo critério, cancelar o CARTÃO, caso persista a impossibilidade de consignação de valores.**

**15.5. Substituição e Reposição do CARTÃO:** O CARTÃO será válido pelo prazo gravado no plástico que o compõe. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade do CARTÃO vigente e continuará a proceder dessa maneira até que a conta do TITULAR seja cancelada.

15.5.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

**16. VIGÊNCIA**

16.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, nos termos da Cláusula 17 abaixo, ser rescindido imotivadamente e a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

**17. RESILIÇÃO**

17.1. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resilir(em) o presente contrato comunicando a outra parte por escrito sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver os CARTÕES ao DAYCOVAL, devidamente inutilizados, e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez.

17.2. Se a resilição for proposta pelo TITULAR ou pela CONVENIADA , o TITULAR deverá proceder a liquidação do saldo devedor apurado pelo DAYCOVAL por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA.

**18. ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

18.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicável, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

**18.2. Fica assegurado ao TITULAR o direito de manifestar-se contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem. A utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.**

18.3. Os comunicados de alteração no contrato indicarão: (i) a(s) data(s) em que essa(s) alteração(ões) entrará(ão) em vigor; (ii) a informação de que o TITULAR tem a faculdade de rescindir o contrato caso discorde das alterações; e; (iii) a advertência de que a continuidade do uso do CARTÃO pelo TITULAR e/ou ADICIONAL após a entrada em vigor das alterações será tida como aceitação integral acerca de seu conteúdo pelo TITULAR.

**19. CESSÃO OU TRANSFERENCIA**

19.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os

direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira que integre o grupo de empresas do DAYCOVAL. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL obriga-se a cientificar o TITULAR acerca da Cessão ou Transferência.

19.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

19.3. **Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 19.2. acima.**

**20. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

20.1. A tolerância ou transigência do DAYCOVAL não implicará novação, perdão, renúncia, alteração ou modificação do Contrato, sendo o evento ou omissão considerado, para todos os fins de direito, como mera liberalidade do DAYCOVAL, que transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, não implicando, todavia, a renúncia do direito de exigir o cumprimento das obrigações aqui contidas, a qualquer tempo.

20.2. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a: (i) fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; (ii) em qualquer tempo, mesmo após o cancelamento do CARTÃO, bem como as sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL a: (a) trocar entre si informações suas constantes de seus cadastros; (b) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Crédito – SCR, informações sobre o valor das dívidas a vencer e vencidas do TITULAR, as garantias prestadas; e; (c) consultar o Sistema de Informações de Crédito – SCR sobre eventuais informações constantes em sua base de dados a respeito do TITULAR.

20.2.1. O TITULAR declara estar ciente de que a consulta ao Sistema de Informações de Crédito – SCR depende de sua autorização prévia e que eventual consulta anterior, para fins desta contratação, contou com sua autorização, ainda que verbalmente.

20.2.2. O TITULAR poderá ter acesso, a qualquer tempo, aos seus dados no Sistema de Informações de Crédito – SCR, pelos meios colocados à disposição pelo Banco Central do Brasil.

<b>Central de Atendimento:</b> <b>3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas</b> <b>0800 721 5300 Demais Localidades</b> Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados. -SAC <b>0800 – 775 0500 Para sugestões, reclamações e cancelamento.</b> <b>Site:</b> www.daycoval.com.br	<b>Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala:</b> <b>0800 – 880 1919</b> Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.  <b>Ouvidoria:</b> <b>0800- 777 0900</b> De segunda a sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 14.4. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

**14. PENALIDADES**

14.1. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue através da ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito as seguintes penalidades, calculadas desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

14.2. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

**14.3. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.**

**14.4. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros do SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, SERASA e demais órgãos de proteção ao crédito.**

14.5. A utilização do CARTÃO será interrompida antes do prazo de validade nas seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) atraso no pagamento da FATURA MENSAL;

(g) falecimento do TITULAR;

(h) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(i) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(j) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR

6

20.2.3. Caso haja divergência nos dados do Sistema de Informações de Crédito – SCR informados pelo DAYCOVAL ou pelas sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL, o TITULAR poderá pedir a sua correção, exclusão ou registro de anotação complementar, mediante solicitação escrita e devidamente fundamentada ao DAYCOVAL.

20.3. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência, para divulgar produtos e serviços do conglomerado. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito ao DAYCOVAL.

20.4. Por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, o DAYCOVAL prestará informações e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais discrepâncias, prestar informações e esclarecer dúvidas relacionadas ao CARTÃO.

20.5. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação bancária brasileira, as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e de naquilo que couber pelo Código Civil.

20.6. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos das FATURAS não pagas com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

20.7. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e suas respectivas FATURAS constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 585 do Código de Processo Civil.

**21. FORO**

21. As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 22 de Julho de 2013.
<div><div><div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div></div></div></div>
<b>BANCO DAYCOVAL S.A.</b>

Este contrato foi registrado sob nº 2.021.879 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 07/08/2013.



Tipo documento: **CAPA PROCESSO**

Evento: **abertura**



**PROCESSO**

**Nº 5011326-25.2021.4.04.7003**

## Capa do Processo

Nº do Processo: 5011326-25.2021.4.04.7003




Data de autuação: 10/06/2021 14:04:09

Situação:  MOVIMENTOÓrgão Julgador:  Juízo Federal da 2ª VF de Foz do IguaçuJuiz(a):  RONY FERREIRACompetência:  JEF CívelSubseção de origem:  MaringáClasse da ação:  PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

## Assuntos

Código	Descrição	Principal
06040102	Empréstimo consignado, Bancários, Contratos de Consumo, DIREITO DO CONSUMIDOR	Sim

## Partes e Representantes

AUTOR	RÉU
MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA (368.137.611-53) - Pessoa Física ANSELMO SANTAROZA PR095725	 BANCO DAYCOVAL S.A. (62.232.889/0001-90) - Pessoa Jurídica Procurador(es): ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO RS045283
	 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (29.979.036/0001-40) - Entidade Procurador(es): DIVISÃO ESTADUAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA - PF/PR DIMAD-PFPR
AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
 CEAB-DJ-INSS-SR3 (29.979.036/1162-89) Procurador(es): Idesia Mais da Silva	

## Informações Adicionais

Chave Processo: 226934038921	Valor da Causa: R\$ 56.618,80	Nível de Sigilo do Processo: Sem Sigilo (Nível 0)
Anexos Eletrônicos: <u>Não há anexos</u>	Ação Coletiva de subst. processual: Não	Antecipação de Tutela: Deferida
Autor manifesta desinteresse na conciliação: Não	Criança e Adolescente: Não	Doença Grave: Não
Grande devedor: Não	Idoso: Sim	Justiça Gratuita: Deferida
Opção por Juízo 100% Digital: Não	Penhora no rosto dos autos: Não	Penhora/apreensão de bens: Não
Pessoa com deficiência: Não	Petição Urgente: Não	Possui bem Apreendido: Não
Reconvenção: Não	Vista Ministério Público: Não	

## Evento 32

**Evento:**

CONTESTACAO

**Data:**

16/08/2021 09:39:34

**Usuário:**

RS045283 - ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO - ADVOGADO

**Processo:**

5011326-25.2021.4.04.7003/PR

**Sequência Evento:**

32

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA  
FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU/SC - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL**

**BANCO DAYCOVAL S/A.**, inscrito no CNPJ/MF sob n. 62.232.889/0001-90, com sede na Avenida Paulista, n. 1793, São Paulo, SP, por sua procuradora firmatária, vem, à presença de V. Exa. apresentar:

**CONTESTAÇÃO**

à **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E EVIDÊNCIA (5011326-25.2021.4.04.7003)** que lhe move **MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA**, com fulcro nos art. 336 e seguintes do Código de Processo Civil, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:



## **I. SÍNTESE DA DEMANDA**

Trata-se de demanda na qual a parte autora postula liminarmente a suspensão dos descontos e meritoriamente a declaração de inexistência de contrato, a repetição do indébito dos valores descontados e a indenização pelos supostos abalos morais sofridos.

Alega a parte autora, em apertada síntese, que em análise ao seu extrato do INSS, tomou conhecimento de descontos em seu benefício e descobriu tratar-se de contrato de empréstimo consignado n. 50-8672937/21, com o Banco réu, do qual alega desconhecer.

Entretanto, conforme restará demonstrado, não assiste razão à parte demandante, **que omite e distorce os fatos da demanda**, conforme os argumentos que, agora, se passará a expor.

## **II - PRELIMINARMENTE**

### **2.1. Do cumprimento integral tutela antecipada deferida**

Excelência, a parte autora requereu a título de tutela antecipada a suspensão dos descontos.

Este Douto Juízo deferiu o pedido nos seguintes termos:

*Ante o exposto, **DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA** para determinar ao INSS que suspenda, imediatamente, os débitos consignados no benefício de pensão por morte n. 079.306.806-1, referentes ao contrato 50-8672937/21 do Banco Daycoval.*

**Excelência em cumprimento à determinação informa que QUE JÁ DEU INTEGRAL CUMPRIMENTO À MEDIDA, conforme evento 25. O Banco procedeu inicialmente com a SUSPENSÃO DOS DESCONTOS e por mera liberalidade e boa-fé cancelou os contratos, LIBERANDO A MARGEM CONSIGNADA, conforme se comprova pelos documentos 01 a 05.**

Com relação aos descontos, para que não parem dúvidas, esclarece-se que a sistemática de adimplemento dos empréstimos consignados e cartões consignados, funciona da seguinte maneira:

- 1º** Prévia computação de todos os registros financeiros que o cliente virá sofrer, efetuada pelo órgão/empregador.
- 2º** Corte da folha de pagamento, ou seja, todos os registros computados serão incluídos nos descontos.
- 3º** Pagamento dos proventos, com seus respectivos descontos, já computados, dentre os quais a parcela de empréstimo consignado.
- 4º** Repasse desta parcela ao Banco.

Desse modo, como consabido, mesmo que o Banco atenda a liminar de forma imediata (**O QUE JÁ OCORREU NO CASO DOS AUTOS EIS QUE HOUVE A EXCLUSÃO DAS OPERAÇÕES!**), ainda assim é possível que a parte autora sofra de **um a dois descontos** – independentemente da vontade do Banco, por óbvio (PARCELA TRANSITÓRIA).

Portanto, postula-se que caso a parte autora ainda sofra descontos (após o cumprimento da decisão), **seja o Banco intimado para que possa proceder à restituição dos valores, SEM APLICAÇÃO DE MULTA.**

Portanto, requer o Banco **a revogação da tutela antecipada concedida *inaudita altera pars***, quando do julgamento do feito, eis que se entende de improcedência da demanda, pelos motivos que serão expostos na defesa que será devidamente apresentada nos autos, no prazo previsto em citação.

## **2.2. Do pedido administrativo**

### **Ausência de pretensão resistida**

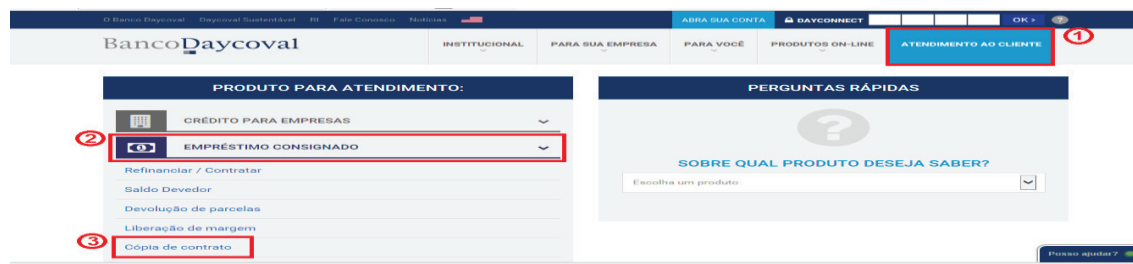
### **FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Excelência, uma das condições para se propor a ação é o **interesse de agir da parte**, ou seja, a real necessidade de obter através do processo a proteção jurisdicional do Estado, nos termos do artigo 17, do Código de Processo Civil.

**Cumpre-nos mencionar que NÃO HOUVE PROCURA PELA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DOS CANAIS DE ATENDIMENTO DO BANCO para qualquer esclarecimento ou auxílio desde a contratação da operação.**

Portanto, percebe-se a total **inexistência de pretensão resistida pelo Banco Daycoval**, que em momento algum se negou a fornecer os documentos relativos à contratação ora em questão!

Importante destacar, ainda, que o Banco Daycoval disponibiliza aos clientes cópia do contrato de forma imediata, **por meio de um canal específico em seu site**, conforme segue: [www.daycoval.com.br](http://www.daycoval.com.br) (1) "ATENDIMENTO AO CLIENTE", (2) "EMPRESTIMO CONSIGNADO", e (3) "CÓPIA DE CONTRATO":



Bem como também disponibiliza a **Central de Serviços 0300 111 0500** para **QUAISQUER DÚVIDAS**.

Nesse sentido, inexistindo provas nos autos de que o Banco tenha lesionado ou ameaçado lesionar o direito da parte autora, a esta carece o interesse de agir, situação que autoriza a extinção dos autos na forma do art. 485, inciso VI, do CPC.

### III. AS RAZÕES DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO

#### 3.1 Esclarecimentos necessários - da insubsistência dos fundamentos da parte autora

Cumpre referir que a pretensão da parte autora deve ser totalmente indeferida, na medida em que as suas alegações são totalmente inverossímeis, principalmente no que diz com a inexistência de contrato com o Banco réu.

Conforme se verifica pela farta documentação em anexo, a parte autora efetivamente firmou o aludido contrato de n. 50-8672937/21, estando absolutamente ciente de todos os seus termos e condições, conforme será visto.

A parte autora possui contrato na modalidade consignado registrado junto ao Banco Daycoval e para as referidas contratações o Banco requisita **OBRIGATORIAMENTE** a cópia da documentação pessoal do contratante, **razão pela qual se percebe que o contrato foi assinado pela parte autora.**

**Ademais, se comprova pela juntada da documentação anexa, o contrato foi firmado de plena boa-fé entre as partes e, apesar da parte autora alegar desconhecer a contratação, percebe-se que a assinatura contratual (contrato em anexo) não deixa dúvidas de que foi firmada pela própria parte autora.**

**CONFORME SE VERIFICA NÃO HÁ O QUE SE FALAR EM EVENTUAL FRAUDE SEM QUE SE PROVE!**

Caso não seja possível tal análise e constatação por este d. Juízo, **há que se realizar prova pericial no contrato firmado e demais documentos, conforme anteriormente referido.**

### **3.2. Da Verdade Dos Fatos**

No caso destes autos, a parte autora, possui o **CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**, conforme veremos abaixo:

**Contrato 50-8672937/21 (Doc. 06)**  
**Proposta 810628011**  
**Data Base do Contrato: 22/03/2021**  
**Valor Contratado: R\$ 1.476,56**  
**Data Liberação ao Cliente: 22/03/2021**  
**Valor Liberado ao Cliente: R\$ 1.476,56**  
**Plano: 84 x R\$ 35,56**  
**Data do Vencimento das Parcelas: 10**  
**Quantidade de Parcelas Pagas: 3**  
**Quantidade de Parcelas Vencidas: 0**  
**Quantidade de Parcelas a Vencer: 81**  
**Tipo de operação: Margem**  
**Empregador: 005002-INSS**  
**Matrícula: 0793068061**

# BancoDaycoval

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8672937/21**

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Local: MARINGA Data: 22/03/2021

<b>I - Credor:</b> BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
<b>II - Emissor:</b> MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA			
E-mail:	CPF: 368.137.611-53	RG: 326834	Dt de Nasc: 02/09/1955
Endereço: RUA 07 DE ABRIL, 15, - PRQ RES AEROPORTO	CEP: 87055-210	Cidade: MARINGA	UF: PR
<b>III - Características da Operação:</b>			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.523,13	b) IOF: R\$ 46,57	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.463,91
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7616 % a.m (30d) 23,3119 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 2.987,04	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 35,56	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,86% a.m. 25,08% a.a	l) Seguro: ( ) Sim ( X ) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.476,56	n) Desembolso: ( ) Ordem(ns) de pagto. ( X ) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 368.137.611-53	Banco: 104	Agência: 1546	Conta corrente: 00000082908-4
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO			CPF: 119.961.037-25
<b>IV - Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):</b>			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
<b>V - Pagamento a terceiros/Portabilidade:</b>			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
<b>VI - Desconto:</b> ( X ) folha de pagamento Nome do Empregador: INSS CNPJ: 29.979.036/0001-40			

Uma vez que a parte autora nega a contratação acima comprovada, **abaixo junta-se o comprovante de pagamento do contrato via TED no valor de R\$ 1.476,56 paga em 22/03/2021, pagos diretamente para conta pessoal da parte autora, qual seja:** Bco 104 Ag 1546 Cc 00000082908-4 **(Doc. 07).**

<b>Código Mensagem:</b>	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
<b>Num. Controle IF:</b>	8623205
<b>ISPB IF Debitada:</b>	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
<b>Tipo Pessoa Remetente:</b>	J - Pessoa Jurídica
<b>CNPJ ou CPF Remetente:</b>	62232889000190
<b>Nome Remetente:</b>	BANCO DAYCOVAL S/A
<b>ISPB IF Creditada:</b>	00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
<b>Agência Creditada:</b>	1546
<b>Tipo Conta Creditada:</b>	CC - Conta Corrente
<b>Conta Creditada:</b>	000000829084
<b>Tipo Pessoa Creditada:</b>	F - Pessoa Física
<b>CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:</b>	36813761153
<b>Nome Cliente Creditado Titular:</b>	MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA
<b>Valor Lançamento:</b>	1.476,56

SPB - Comprovante de TED

<b>Finalidade IF:</b>	40 - Liberação de Operações de Crédito
<b>Histórico:</b>	LIB
<b>Nível Preferência:</b>	B - Maior
<b>Data Movimento:</b>	22/03/2021

Nesse sentido, já que a parte autora alega desconhecer a operação objeto da lide, caberia a ela, na época do recebimento dos valores já apresentar manifestação para restituição da quantia ao Banco. **Todavia, até o presente momento NÃO devolveu ao Banco a monta recebida!**

Ainda, caso V. Excelência entenda necessário, requer, desde já, **expedição de OFICIO AO BANCO RECEBEDOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL) para que forneça extrato do período bem como comprove a titularidade da conta** - comprovando o recebimento do crédito, já comprovado pela nossa TED!

**Cumpre esclarecer Excelência, que resta claro que: a) houve sim contratação do empréstimo (CONTRATO VÁLIDO); b) houve disponibilização de numerário em espécie através de TED para a conta pessoal da parte autora, trazendo benefício somente a ela; d) o Banco por mera liberalidade e boa-fé cancelou o contrato objeto da objeto lide e liberou a margem consignável.**

Todavia, até o presente momento a parte autora permanece em posse dos valores recebidos por estas operações, devendo ser os mesmos devidamente devolvidos ou compensados ao Banco.

#### **IV. Da impossibilidade de repetição de indébito**

Não merece prosperar o pedido de repetição dos valores pagos.

Como exaustivamente visto acima, todas as cobranças feitas pelo Banco estão amparadas na lei e foram feitas porque assim estavam previstas no termo de adesão – o **qual foi livremente assinado pela parte autora**. Não há absolutamente nenhuma irregularidade no termo e nas cláusulas. Assim, não há falar em restituição dos valores cobrados, como pretende a parte autora – até porque eventual repetição ocorre sobre os valores que foram efetivamente pagos (e não meramente cobrados, em especial quando se fala na postulação de restituição em dobro).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.



Todos os requisitos necessários para validade dos atos jurídicos (art. 82 do Código Civil) se encontram presentes no ajuste, motivo pelo qual se mostra falha qualquer tentativa de tornar nulo o contrato entabulado. E mais: inexistente erro, dolo ou má-fé na contratação que conduza à repetição – muito menos em dobro.

Portanto, uma vez que o caso dos autos não apresenta nenhum dos vícios de vontade, descabe a anulação do contrato entabulado entre as partes para o fim de atribuir qualquer direito à repetição de indébito, seja na forma simples, seja na forma dobrada.

## V - Dos requisitos da responsabilidade civil

Pleiteia a parte autora indenização pelos danos que teria sofrido. Todavia, da análise atenta do caso dos autos, depreende-se estarem ausentes os pressupostos legais ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam: (a) existência de ação, comissiva ou omissiva, qualificada juridicamente - ato ilícito; (b) ocorrência de um dano - moral ou material; (c) nexo de causalidade entre o dano e a ação ou omissão.

**O Banco demandado não causou direta ou indiretamente qualquer espécie de dano ou sofrimento à parte autora, seja ele de natureza material ou moral.**

O fato descrito como a constituição do dano moral sofrido pela autora não presume prejuízo e, muito menos, danos suscetíveis de reparação moral.

Conforme leciona YUSSEF SAID CAHALI, o dano moral, para se perfectibilizar, deve causar grave lesão aos valores inerentes a sua personalidade ou reconhecidos àqueles que são reconhecidos no grupo social que está inserido:

*"(...) tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio, como dano moral; não há como enumerá-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na*

---

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro **do que PAGOU em excesso**, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

*tristeza pela ausência de um ente querido falecido, no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade, no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão e no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral.”<sup>2</sup>*

Para Carlos Alberto Bittar, classificam-se como morais:

*“(…) os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana (o da intimidade e o da consideração pessoal), ou o da própria valoração da pessoa no meio em que vive ou atua (o da reputação ou da consideração pessoal).”<sup>3</sup>*

Assim, tendo em vista os conceitos supratranscritos, a esfera moral da demandante permanece inerte, isto é, não foi atingida de qualquer modo pela atuação da ré.

Ademais, conforme se depreende dos autos, não há qualquer prova na exordial que demonstre a existência de dano à parte autora.

Conforme se conclui do até então apresentado, os fatos narrados na exordial não são motivos ensejadores de condenação por dano moral.

Data máxima vênia, Excelência, em casos como o da espécie é primordial e indispensável a análise do juiz sobre todos os elementos inerentes ao processo. De um lado, a parte demandante alega que o contrato por si só gera dano moral indenizável, ao passo que o Banco está simplesmente cumprindo aquilo o que é permitido em lei e tal qual foi entabulado entre a partes.

Em outras palavras: é necessário que o julgador perceba se o pedido visa à reparação de um efetivo dano (nos termos do art. 927 do CC, que no caso não ocorreu) ou se pretende o enriquecimento ilícito da parte (art. 884, CC), sendo claro no caso dos autos que é essa a pretensão da autora.

Repita-se: na medida em que o Banco réu se limitou a cumprir o que a lei permite e o que estava previsto em contrato, é impensável falar em danos

<sup>2</sup> Dano Moral, 2ª ed. 3 tir., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 20

<sup>3</sup> Reparação Civil por Danos Morais, 2ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 41.

Av. Carlos Gomes, 2012 | 503 504 505 | Porto Alegre | 51 3018.9300 | OAB/RS 2579

[contato@vellosoadv.com.br](mailto:contato@vellosoadv.com.br) | [www.vellosoadv.com.br](http://www.vellosoadv.com.br)

morais indenizáveis no caso em análise, sob pena de total, absoluto e inaceitável desvirtuamento do instituto do dano moral.

## **VI. Da possibilidade de compensação de valores**

Muito embora se entenda pela total improcedência dos pleitos, caso o Banco venha a ser condenado a restituir algum valor à parte autora, do valor a ser devolvido pela parte ré **deve ser deduzido o montante comprovadamente disponibilizado à parte autora (TED), sob pena de enriquecimento ilícito, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico.**

A fim de corroborar o pedido acima traz-se à baila, para aplicação por analogia, ementa de julgado, no qual restou possibilitada a compensação de valores mesmo em caso de fraude na contratação (constada por perícia):

Apelação Cível. Direito do Consumidor. Ação de obrigação de fazer c/c indenizatória. Contratos de empréstimos não reconhecidos pelo autor. Sentença que julga procedente o pedido: 1- condenando o banco réu em indenizar, à título de dano moral, no valor de R\$ 10.000,00, corrigidos conforme os índices do TJERJ e acrescida de juros de mora de 1 % ao mês a partir da publicação da sentença; 2- condenando o banco ao cancelamento da dívida contestada, no prazo de 10 dias, com a restituição dos valores descontados do autor de forma simples, a serem apurados em liquidação de sentença, corrigidos em conforme os índices do TJERJ e acrescida de juros de mora de 1 % ao mês a partir da citação. Apelação do autor requerendo que a condenação do banco réu em devolver os valores descontados seja de forma dobrada, como previsto no CDC e que a correção monetária e os juros sobre o valor a ser apurado contem a partir da data do desconto indevido. Apelação do banco réu pugnando pela improcedência dos pedidos do autor. Subsidiariamente, requer que o autor devolva o proveito patrimonial obtido e o afastamento da indenização por dano moral. Empréstimos que se destinaram à quitação de empréstimos anteriormente contraídos pelo autor, sendo depositada a diferença na conta corrente do consumidor. Ajuizamento da ação dois meses após o depósito de valores em sua conta corrente com pedido de depósito judicial dos valores creditados na conta corrente. Laudo pericial que conclui pela falsidade da assinatura nos quatro contratos questionados na presente ação. Falha na prestação de serviço do banco que deverá responder pelos danos causados. **Contratos que devem ser cancelados, conforme determinado na sentença. Dedução dos valores creditados na conta corrente do autor e dos valores destinados à quitação dos empréstimos, anteriormente contraídos pelo autor, que se impõe sob pena de enriquecimento sem causa.**

**Devolução a ser feita na forma simples, eis que não configurada a má-fé do réu.** Correção monetária devida a partir de cada desconto. Juros devidos a partir da citação eis que o autor é cliente do réu em outros contratos, não impugnados. Empréstimos impugnados que importaram na prorrogação de descontos em 15/18 meses, em valores correspondentes a 15% dos rendimentos do autor. Dano moral configurado. Indenização, contudo, fixada em valor excessivo. Redução para R\$ 2.500,00 que atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade. **NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR. PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO BANCO RÉU.** (TJ-RJ - APL: 00274038920128190204 RIO DE JANEIRO BANGU REGIONAL 4 VARA CÍVEL, Relator: MARIA CELESTE PINTO DE CASTRO JATAHY, Data de Julgamento: 28/06/2017, VIGÉSIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL CONSUMIDOR, Data de Publicação: 30/06/2017) (grifou-se)

**Assim sendo, caso haja eventual condenação, imperativa a autorização expressa para compensação de valores, nos termos acima deduzidos.**

#### **VII. Do ônus da prova**

Com relação à alegada conduta danosa do réu, não se desincumbiu a parte autora do ônus descrito no art. 373, I, do CPC.

Ao narrar sua versão dos fatos na inicial a parte autora aduz que a conduta do banco teria gerado os alegados danos sofridos. Contudo, verifica-se que não passam de meras alegações, **SEM QUALQUER INDÍCIO DE PROVA NOS AUTOS.**

**O Código de Processo Civil em seu art. 373 distribui o ônus da prova pela posição processual em que a parte se encontra. Ao autor compete provar o fato constitutivo do direito que afirma possuir. E ao réu, apenas, se aduzir em sua defesa fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pela autora.**

Ainda, a distribuição do ônus probatório através da **carga dinâmica da prova permite ao magistrado flexibilizar as regras de acordo com a situação particular das partes em cada caso específico.**

Nesse sentido, curial parafrasearmos o brilhante voto proferido pela Desembargadora Elaine Harzheim Macedo, no julgamento da apelação cível n.

70019607068, DJ 22/06/2007, que dissertando sobre o ônus da prova no processo, aduz:

*Ocorre que a demandante não logrou provar os fatos constitutivos do seu direito. Não provou as ligações recebidas por sua mãe, tampouco as recebidas em seu local de trabalho. Aí incide o disposto no art. 333, I, do CPC. **E por não ter feito a prova dos fatos constitutivos de seu direito, não há falar em inversão do ônus da prova, que só ocorre quando há circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz para a facilitação da defesa dos direitos do consumidor. Deve haver quando for verossímil a alegação do consumidor, o que não é o caso, ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências. Ainda que a parte seja, na hipótese, hipossuficiente, o fato é que não há a menor probabilidade, mesmo na inversão pretendida, de que a parte contrária possa se desincumbir do ônus que se lhe pretende imputar, tipicamente de prova de fato negativo.** Inaplicável, no caso concreto, a pretendida inversão, isso porque não se trata de inversão de responsabilidade pela produção de prova, mas de requisitos que deveriam ter sido observados pela apelante sob pena de insucesso da ação.*

De forma uníssona se apresenta a jurisprudência dos Tribunais da Região Sul, pacificando o tema em debate:

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA. Ainda que se trate de relação consumerista, com consequente inversão do ônus probatório, **cabe a parte produzir prova mínima dos fatos constitutivos do seu direito, como disposto no artigo 373, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, ônus que não se desincumbiu a parte autora.** APELO DESPROVIDO.(Apelação Cível, Nº 70081339343, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Hekman, Julgado em: 11-03-2020)*

*APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NEGATIVA REGULAR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. Inscrição regular. Parte demandada que agiu no exercício regular de direito ao inscrever a parte demandante em órgão restritivo ao crédito. Art. 188, inciso I do CC. Dano Moral. Inocorrente. Comprovado o inadimplemento do consumidor, a inscrição nos órgãos de restrição ao crédito é lícita. Artigo 373, I, do CPC/15. **Cabia ao autor provar o fato constitutivo de***

**seu direito, ou seja, provar a quitação do débito devidamente contratado.** NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.(Apelação Cível, Nº 70083475020, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 20-02-2020) – grifou-se

RECURSOS INOMINADOS. BANCÁRIO. RECURSO INOMINADO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REFINANCIAMENTO. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA EM CAIXA DE ATENDIMENTO. DOCUMENTOS E EXTRATOS QUE APRESENTAM OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO NEGÓCIO. HIGIDEZ DO NEGÓCIO JURÍDICO EVIDENCIADA. **VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO DEMONSTRADO. ÔNUS DA RECLAMANTE POIS FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. CONJUNTO PROBATÓRIO A INDICAR AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA AUTORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO DESOBRIGA O CONSUMIDOR DE COMPROVAR MINIMAMENTE SEUS ARGUMENTOS. PRECEDENTES.** INEXISTÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECURSO DO BANCO PROVIDO. RECURSO DA REQUERENTE PREJUDICADO.

Processo: 0006705-94.2019.8.16.0044

Órgão Julgador: 2ª Turma Recursal

Data Julgamento: 04/11/2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ 5ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS Autos nº. 0013347-41.2019.8.16.0058 DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE RÉ. TELECOMUNICAÇÕES. QUEDA DE SINAL. TELEFONIA MÓVEL. **AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS MORAIS SOFRIDOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO DISPENSA O CONSUMIDOR DA DEMONSTRAÇÃO MÍNIMA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO. ALEGAÇÃO DE INEFICIÊNCIA DO CALL CENTER. TENTATIVA DE SOLUÇÃO. MAU ATENDIMENTO QUE POR SI SÓ NÃO GERA DEVER DE INDENIZAR. AFRONTA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO COMPROVADA. PRECEDENTE DO STJ. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. [...]** "DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. TELECOMUNICAÇÕES. CALL CENTER. RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA NÃO IMPÕE O RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. QUEDA DE SINAL. TELEFONIA MÓVEL. **FATO**



**CONSTITUTIVO DO DIREITO. ÔNUS DO AUTOR. AFRONTA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO COMPROVADA. PRECEDENTE DO STJ. PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DO AUTOR CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA REQUERIDA PREJUDICADO.**

Processo: 0013347-41.2019.8.16.0058

Órgão Julgador: 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais

Data Julgamento: 05/03/2021

RECURSO INOMINADO. VÍCIO DO PRODUTO. **AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO MÍNIMA DO ALEGADO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.** RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. [...] **2. Não obstante a inversão do ônus probatório determinada em decorrência da relação de consumo (artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor), é necessário que a parte reclamante traga aos autos comprovação mínima dos fatos alegados, hábil a permitir a responsabilização objetiva do fornecedor, sem o que não é possível o reconhecimento do direito pleiteado. A inversão do ônus da prova visa facilitar a defesa dos direitos do consumidor, e não o eximir de toda e qualquer atividade probatória.** **3. Assim, cabia ao recorrente trazer indícios mínimos da persistência do vício indicado, ônus do qual não se desincumbiu.**

Processo: 0001332-82.2019.8.16.0141

Órgão Julgador: 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais

Data Julgamento: 01/03/2021

**Assim sendo, não tendo a parte autora feito prova de que efetivamente tenha sofrido um prejuízo moral ou que prejuízo teria ocorrido em face de conduta ilícita do réu, ou, ainda, que teria agido o contestante com imprudência ou negligência, não se desincumbiu do ônus de comprovar suas alegações, nos termos que determina art. 373, I, do CPC.**

Diante disto, por não haver lesão em seus afetos ou sentimentos, alteração psíquica, ou grave perturbação, **INSUSTENTÁVEL A ALEGAÇÃO DE DANO MORAL** e, por conseguinte, a indenização pleiteada.

**Ante ao exposto, requer:**

- a) a **revogação da tutela antecipada concedida inaudita altera pars.**

- b) Seja acolhida a **preliminar de falta de interesse de agir**, com a consequente extinção dos autos na forma do art. 485, inciso VI, do CPC;
- c) Seja proferida **decisão de saneamento** nos termos do art. 357 do CPC;
- d) Sejam **julgados improcedentes** os pedidos formulados pela parte autora;
- e) Seja permitida a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, **em especial o depoimento pessoal da parte autora**;
- f) caso haja eventual condenação, requer a **autorização expressa para compensação dos valores pagos em benefício da parte autora (TED), os quais devem ser devidamente atualizados**;
- g) Caso a parte autora negue os fatos, **requer expedição de ofício ao Banco recebedor (CAIXA ECONOMICA FEDERAL)** para que forneça extratos do período e confirme a titularidade da conta, comprovando o crédito conforme TED;
- h) ainda, caso haja eventual condenação, requer seja determinada a **restituição de forma simples**;

Requer-se, outrossim, sejam as intimações alusivas a presente ação, realizadas em nome da advogada **ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO (OAB/ SC 32.697-A)**, sob pena de nulidade.

Nesses termos, pede deferimento.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2021.

**ALESSANDRA MICHALSKI VELLOSO**  
**OAB/SC 32.697-A**

**RES: OFÍCIO SEI&#8203; Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 5)**

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 20:33

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>; Eliene Fatima Campoe Barbosa <eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>; Jonas Alves dos Santos Arrais <jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>; Anilson Fieker Pedrozo <anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>; Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>; Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>; Fernanda Costa <fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>; implantacaooperacional <implantacaooperacional@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Boa noite.

**Prezados.**

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

**APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:**

- MARIA DO CARMO PITELLI

Atenciosamente.

**Equipe Convênios**

Financeira Consignado – Convênios

[conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br](mailto:conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br)

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

[www.daycoval.com.br](http://www.daycoval.com.br)

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <[stadm.dirben@inss.gov.br](mailto:stadm.dirben@inss.gov.br)>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <[financeira.inss@bancodaycoval.com.br](mailto:financeira.inss@bancodaycoval.com.br)>; conveniosconsignado <[conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br](mailto:conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br)>; [implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br](mailto:implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br); Ouvidoria Daycoval <[ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br](mailto:ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br)>

Assunto: OFÍCIO SEI&#8203; Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI&#8203; Nº 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS

**SPB - Comprovante de TED****Transação**

Evento: STR0007	Versão Manual: 5.01	Num. Controle IF: 8623205
Sistema Origem: FNCE	Sub Sistema Origem: INSSP	Num. Origem: 8623205
Agendamento: 22/03/2021 11:11	Incluída em: 22/03/2021 11:11:52	Natureza: DÉBITO
Valor: 1.476,56	Prioridade: D	Afeta Reserva: SIM (22/03/2021 12:22)
Status: Respondida	Status Str: Efetivada	IF Contra Parte: 00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
NU: 62232889202103223036270	No. Controle SPB: STR20210322034570001	No. Controle STR: STR20210322034570001
Usuário: FINANCEIRA		

**Log MQ**

Sequencial: 45827139	IF Externa: 00038166 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Fila:
Data do PUT (GMT): 22/03 15:21:53		Status: 2

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8623205
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência Creditada:	1546
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	000000829084
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	36813761153
Nome Cliente Creditado Titular:	MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA
Valor Lançamento:	1.476,56

Finalidade IF: 40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico: LIB

Nível Preferência: B - Maior

Data Movimento: 22/03/2021



<b>I – Credor:</b> BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
<b>II – Emitente:</b> MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA			
E-mail:	CPF: 368.137.611-53	RG: 326834	Dt de Nasc: 02/09/1955
Endereço: RUA 07 DE ABRIL, 15, - PRQ RES AEROPORTO	CEP: 87055-210	Cidade: MARINGA	UF: PR
<b>III – Características da Operação:</b>			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.523,13	b) IOF: R\$ 46,57	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.463,91
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7616 % a.m (30d) 23,3119 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 2.987,04	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 35,56	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,86% a.m. 25,08% a.a	l) Seguro: ( ) Sim ( X ) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.476,56	n) Desembolso: ( ) Ordem(ns) de pago. ( X ) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 368.137.611-53	Banco: 104	Agencia: 1546	Conta corrente: 00000082908-4
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO			CPF: 119.961.037-25
<b>IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):</b>			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
<b>V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:</b>			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
<b>VI – Desconto:</b> ( X ) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

**VII – Promessa de pagamento:** Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e



não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. **4.** Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. **4.1.** Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. **4.1.1.** Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. **4.1.2.** O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. **4.2.** Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. **5.** O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. **6.** O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. **7.** O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. **8.** Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. **9.** O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. **9.1.** A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. **10.** Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. **11.** As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. **12.** O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. **12.1.** O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. **13.** O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. **13.1.** O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. **14.** Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: \_\_\_\_\_

Emitente: \_\_\_\_\_

*Maria do Carmo S de*  
*Avela* ASSINATURA



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA (nome completo sem abreviaturas), BRASILEIRO (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 32683 / 4, inscrito (a) no CPF sob nº 368 . 137 . 611 - 53, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à RUA 07 DE ABRIL - 15 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro PRO RES AEROPORTO, Cidade MARINGA, Estado PR, CEP: 87055210. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

PARANA, 15 de MARCO de 2021.

Maria do Carmo P. de Avila  
DECLARANTE

### Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

**Identificação do Filiado**

NIT: 120.90653.28-2

CPF: 368.137.611-53

Data de Nascimento: 02/09/1955

Nome: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

Nome da mãe: ROSA DE OLIVEIRA PITELLI

Compet. Inicial: 03-2021

Compet. Final: 03-2021

**Créditos do Benefício**

NB: 0793068061

Espécie: 21 - PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIARIA

APS: APS Maringa - UF:PR - AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL MARINGA - UF:PR

Data de Início do Benefício (DIB): 02/11/1984

Data de Cessação do Benefício (DCB):

Data de Início do Pagamento (DIP): 02/11/1984

MR: 1.100,00

Compet	Período	Valor	Meio Pgto	Status	Dt. Pgto	Inval	Isento IR
03/2021	01/03/2021 a 31/03/2021	R\$ 709,03	CMG - CARTÃO MAGNÉTICO			NAO	SIM

Banco: 237 - BANCO BRADESCO S.A. OP: 0069 - MARINGA, CENTRO, PR Ocorrência: Crédito não Retornado

Data Cálculo: 16/03/2021 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 01/04/2021 Fim: 31/05/2021

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	1.100,00
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	37,00
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	51,30
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	80,86
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	117,31
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	104,50

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLGARDIREITO



P. SETE QUINZAS

*Maria do Carmo P. de Ávila*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 326 834 DATA DE EXPEDIÇÃO 05-dez-1984

NOME MARIA DO CARMO PITELLI DE ÁVILA

FILIAÇÃO Desidério Pitelli  
Rosa de Oliveira Pitelli

NATURALIDADE Alto Paraná-PR DATA DE NASCIMENTO 02-set-1955

Cert. Cas. nº 143. fls. 196. lvr. B-2. exp.  
cart. reg. civil. Tacuru-MS

CPF

CAMPO GRANDE-MS

*Uphelma Maria Gêgo*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

C/C

NASCIMENTO 02.09.55 INSCRIÇÃO NO CPF 368 137 611 53

CONTRIBUINTE MARIA DO CARMO PITELLI DE ÁVILA

*Antônio Nogueira*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

C/C

NASCIMENTO 02.09.55 INSCRIÇÃO NO CPF 368 137 611 53

CONTRIBUINTE MARIA DO CARMO PITELLI DE ÁVILA

*Antônio Nogueira*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br -  
Email: prfoz02@jfpr.jus.br

**PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº 5011326-25.2021.4.04.7003/PR**

**AUTOR:** MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA

**RÉU:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**RÉU:** BANCO DAYCOVAL S.A.

**SENTENÇA**

**Relatório**

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o BANCO DAYCOVAL S.A.

A autora afirma que recebe benefício de pensão por morte junto ao INSS sob nº 079.306.806-1.

Alega que percebeu a ocorrência de descontos indevidos em seu benefício, iniciados em março de 2021, os quais se referem ao empréstimo consignado nº 50-8672937/21 do Banco Daycoval, no valor de R\$ 1.476,56 (mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), com data de inclusão em 19/03/2021, a ser pago em 84 parcelas de R\$ 35,56 (trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) cada.

Entretanto, a autora alega que jamais realizou o referido empréstimo e que tal prática é abusiva.

Alega que possui outros empréstimos consignados, contraídos com outras financeiras, a saber, os contratos nº 344170154-1 (Panamericano); 344170248-1 (Panamericano) e 000012303551 (Banco Safra), mas que não solicitou o empréstimo junto ao Banco Daycoval, tampouco autorizou a consignação das parcelas mensais do referido empréstimo em seu benefício previdenciário.

No evento 4 foi proferida decisão, deferindo a tutela de urgência para *"determinar ao INSS que suspenda, imediatamente, os débitos consignados no benefício de pensão por morte n. 079.306.806-1, referentes ao contrato 50-8672937/21 do Banco Daycoval"*.

**5011326-25.2021.4.04.7003**

**700011769558.V19**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

No evento 25, o Banco Daycoval informou o cumprimento da decisão antecipatória.

O INSS apresentou Contestação no evento 31.

O Banco Daycoval contestou no evento 32, oportunidade em que juntou ao processo cópia do contrato (evento 32, CONTR8).

Colhido o depoimento da autora no evento 34, VIDEO2

No evento 46 o Ministério Público Federal manifestou-se pelo deferimento dos pedidos constantes na inicial.

Veio concluso para sentença.

Passo a decidir:

**Fundamentação**

***- Ilegitimidade passiva do INSS***

Aduz o INSS sua ilegitimidade passiva, sustentando que a autarquia não tem aptidão para cancelar ou opinar acerca da regularidade dos contratos de empréstimos firmados entre os segurados e os agentes financeiros

Requeru extinção do processo, sem julgamento do mérito.

Sem maiores delongas, muito embora o INSS alegue que não fez parte do negócio jurídico aventado, encontra-se diretamente envolvido, pois cabe a ele operacionalizar o desconto no benefício previdenciário, sendo, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo.

Neste sentido:

*ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. O INSS é parte legítima em demanda relativa à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. (TRF4, AC 5006406-94.2015.4.04.7204, QUARTA TURMA, Relator CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 16/10/2017).*

*ADMINISTRATIVO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LEGITIMIDADE PASSIVA INSS. RESTITUIÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. 1. O INSS é parte legítima em demanda relativa*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*à ilegalidade de descontos no benefício de segurado, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 10.820/2003. 2. Os pressupostos da reparação civil são o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade. No caso concreto, estão demonstrados os requisitos para a configuração do dever de indenizar, a saber: a) o fato (descontos indevidos no benefício previdenciário); b) a omissão estatal revelada na falha de serviço; c) o dano (descontos indevido); d) o nexo de causalidade; e) a inexistência de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior. 3. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço bancário e previdenciário quando é descontado valor indevido na conta do cliente/beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 4. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável aos réus, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. (TRF4, AC 5016319-97.2010.4.04.7100, TERCEIRA TURMA, Relator GUILHERME BELTRAMI, juntado aos autos em 29/01/2016).*

Rejeito, portanto, a preliminar aventada.

**- Ausência de Interesse de Agir**

O Banco Daycoval sustenta a falta de interesse de agir da parte autora, ao argumento de que inexistente pretensão resistida, tendo em vista que a autora não entrou em contato com a instituição financeira por meio de seus canais de atendimento.

Contudo, é pacífica a jurisprudência do TRF da 4ª Região no sentido de que a oposição ao pedido deduzido judicialmente, manifestada na contestação, supre a necessidade de prévio requerimento administrativo.

Assim, afasto a preliminar.

**- Aplicação do CDC e Inversão do ônus da Prova**

Pacífico é o entendimento de que na relação entre a instituição financeira e o cliente aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que se encontra estabelecida relação de consumo, conforme súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça:

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras e possibilita, em seu artigo 6º, VIII, a inversão do ônus da prova, visando facilitar a defesa do consumidor, por vezes hipossuficiente frente ao fornecedor:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

(...)



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a **inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;*

(...)

No caso concreto, é possível a inversão do ônus da prova, tendo em vista não ser possível exigir da autora comprovar que não requereu empréstimo junto ao Banco Daycoval nem autorizou a inclusão dos descontos em seu benefício previdenciário.

**Mérito**

A controvérsia diz respeito à contratação ou não de empréstimo consignado entre a autora (beneficiária do INSS) e o Banco Daycoval, sob número de contrato 50-8672937-21, com pagamento previsto de 84 parcelas, no valor de R\$ 35,56 cada - (evento 1, OUT6)

Contratos de Empréstimos		Comp. 1ª Parcela	Comp. Última Parcela	Data inclusão	QTD Parcelas	Valor Parcela	Valor Empréstado
Empréstimo	CBC / Banco						
50-8672937/21	707 - Daycoval	04/2021	03/2028	19/03/2021	84	R\$ 35,56	R\$ 1.476,56
Situação: Ativo							

Entretanto, a autora sustenta que nunca contratou referido empréstimo. Tal alegação foi reiterada pela autora em seu depoimento pessoal (evento 34, VIDEO2).

A autora, em audiência, reafirmou possuir (ou já ter possuído) empréstimos consignados com o Banco safra e com o Banco Pan, os quais foram contratados por meio da empresa Credi Fácil, localizada no município de Maringá, mas nunca efetuou empréstimo consignado com o Banco Daycoval ou com algum correspondente da referida instituição. Que sequer sabia da existência do Banco Daycoval.

Apresentada cópia do contrato, em audiência, a autora informou que seu endereço é "Rua 07 de abril, nº 981" e não nº 15 como consta no contrato. Afirmou não reconhecer como sua a assinatura no contrato. Afirmou, ainda, que não conhece a empresa Bev Cred nem o agente Aron Fernandes Ventura Porto.

Ao ser perguntada pela advogada do Banco Daycoval, disse que o valor do suposto empréstimo foi creditado em sua conta poupança, a qual mantém junto à CEF e não é a mesma conta na qual recebe seu benefício previdenciário.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Também disse que possuía intenção de devolver o valor mas, por desconhecer o Banco Daycoval, não sabia como proceder e por isso buscou ajuda de advogado e ingressou com a presente ação.

O caso em comento parece enquadrar-se no que hoje se denomina GOLPE DO EMPRESTIMO CONSIGNADO, amplamente divulgado pela imprensa.

<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/aposentados-sao-vitimas-do-golpe-do-emprestimo-consignado-e-contabilizam-prejuizos-16112020>

<https://globoplay.globo.com/v/8975643/>

<https://globoplay.globo.com/v/9080670/>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/05/reclamacoes-relacionadas-a-emprestimos-consignados-mais-do-que-dobram-em-10-meses-do-ano.shtml>

Como se vê das matérias acima e de outros processos judiciais que tramitam nesta vara federal, cresce o numero de empréstimos consignados fraudulentos realizados por bancos e financeiras em desfavor de aposentados.

A prática mais comum tem sido por meio dos denominados "Correspondentes" - que prestam serviços para Bancos e Financeiras. Em muitos casos examinados verifica-se que tais "correspondentes" enviam às suas respectivas instituições contratos INEXISTENTES.

Humberto Teodoro Junior, citando Caio Mario e José de Abreu Filho, esclarece:

"(...)

*Mais uma vez, a lição de CAIO MÁRIO é precisa e irreprochável:*

*“Ato jurídico inexistente é aquele a que falta um pressuposto material de sua constituição. Não é o mesmo que nulidade, porque no ato nulo estão presentes os pressupostos de fato, em virtude dos quais o ato negocial chega a formar-se, porém frustra nos resultados, dada a contravenção a alguma disposição de ordem pública”. Em seguida, exemplifica: “a incapacidade absoluta do agente induz a nulidade do ato, porque há uma declaração de vontade, embora defeituosa... Ao contrário da nulidade, em que a declaração de vontade conduz à ineficácia por desconformidade com as predeterminações legais, a inexistência advém da ausência de declaração de vontade. Quando o objeto é ilícito ou impossível, o ato é nulo; mas se inexistente o objeto, será inexistente o ato”.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*Em síntese – explica JOSÉ DE ABREU FILHO – o negócio inexistente “seria aquele que carecesse de elementos indispensáveis para sua própria configuração como uma figura negocial. Tais elementos são indiscutivelmente, dois: a vontade e o objeto. Não se pode conceber a existência de um negócio, como temos reiteradamente afirmado, se falta o elemento volitivo. Sem a manifestação da vontade o negócio não pode formar-se evidentemente”. Também sem o objeto jurídico (vontade voltada para criação, modificação ou extinção de relação jurídica) não se chega ao aperfeiçoamento do negócio jurídico. O caso é, enfim, de inexistência, e não de invalidade quando “nem sequer aparentemente se verifica o corpus de certo negócio jurídico”; ou quando, embora exista tal aparência, a realidade não corresponde ao corpus do negócio perquirido.*

*(<http://genjuridico.com.br/2019/12/23/negocio-juridico-inexistencia-invalidade/>)*

*(...)”*

Ou seja, a validade de um negócio jurídico, nas lições de Caio Mario “é uma decorrência da emissão volitiva e de sua submissão às determinações legais”.

Em casos como o presente, como não houve assinatura do contrato pela beneficiária, o contrato é inexistente.

O dinheiro, pelo que se depreende de casos como o presente, é depositado na conta do aposentado/pensionista sem sua solicitação, e com taxas elevadas de juros.

Prepostos de financeiras ou de bancos utilizam-se de cópias de documentos de aposentados para simular empréstimos que passam a ser descontados do benefício previdenciário.

Tal modalidade de delito vem atingindo níveis preocupantes no Brasil. Como o desconto das parcelas do empréstimo consignado ocorre diretamente no benefício previdenciário, as chances de inadimplência são nulas e as taxas de juros altíssimas.

Silenciosamente aposentados são vítimas do golpe e só vão perceber que foram lesados quando descobrem o desconto das parcelas em seu benefício previdenciário.

São contratos inexistentes pelo gravíssimo vício de falsa assinatura e uso indevido de documentos pessoais de aposentados.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Vale reportar que, recentemente, o Procon de Francisco Beltrão-PR aplicou multa de quase 1 milhão de reais a determinada instituição financeira, em virtude de práticas semelhantes à relatada pela autora na inicial.

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/09/13/procon-multa-banco-em-quase-r-1-milhao-por-emprestimos-nao-autorizados-em-francisco-beltrao.ghml>

<https://rbj.com.br/procon-de-francisco-beltrao-multa-empresa-financeira-em-quase-1-milhao-de-reais/>

De forma semelhante também agiu o Procon de Canoas-RS, multando a referida instituição financeira por descontos de empréstimos consignados não solicitados:

[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/jornal\\_cidades/2021/09/809769-procon-de-canoas-aplica-multa-de-r-183-mil-ao-banco-c6.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/09/809769-procon-de-canoas-aplica-multa-de-r-183-mil-ao-banco-c6.html)

<https://www.diariodecanoas.com.br/opiniaio/2021/09/06/procon-canoas-multa-c6-bank-por-pratica-abusiva.html>

No caso concreto, é imprescindível observar que o contrato juntado pelo Banco Daycoval no evento 32, CONTR8, não informa a cidade na qual foi, supostamente, assinado:

Local e data: \_\_\_\_\_ Emitente: Mário do Carmo P de Avela

Central de Atendimento para Deficiente Auditivo: 0800 7752005 VIA NEGOCIÁVEL Crédito Consignado V2 SAC Daycoval: 0800 7750500 Ouvidoria Daycoval: 0800 7770900

Tal informação também não existe na "Declaração de Residência" anexada ao contrato, constando apenas a informação de que teria sido lavrada no estado do Paraná, sem informar o município:

PARANA, 15 de MARÇO de 2021

Consta como correspondente responsável pelo contrato "BEVICRED INF CAD LTDA - ME (CNPJ 07.452.085/0001-98)", e como agente responsável pela contratação "Aron Fernandes Ventura Porto (CPF 119.961.037-25)"

p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME	CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO	CPF: 119.961.037-25





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Conforme dados obtidos na página da Receita Federal, a empresa Bevicred possui sede na cidade de Tarabai-SP, o que causa, no mínimo, estranheza.

<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.452.085/0001-98 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 22/06/2005
NOME EMPRESARIAL BEVICRED INFORMACOES CADASTRAIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras 66.19-3-99 - Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 2051	COMPLEMENTO *****
CEP 19.210-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TARABAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTRATOS@BEVICRED.COM.BR		TELEFONE (18) 3916-9100
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/06/2005

Tais fatos reforçam as conclusões precedentes, no sentido de que os empréstimos em referência foram contratados mediante fraude.

No caso concreto, embora as assinaturas não tenham sido submetidas a perícia grafotécnica, observa-se que a assinatura fraudulenta, constante do referido contrato, destoa plenamente da assinatura da autora, constante em seu RG (evento 1, CPF4) e na procuração juntada no evento 1, PROC2.

\* Assinatura do contrato (evento 32, CONTR8)

Emitente: Mário do Carmo S de  
Avela  
 EGOCIÁVEL  
 SAC Dayconal: 0800



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

\* Assinatura na Declaração de Residência (evento 32, CONTR8)

*Maria do Carmo P. de Ávila*  
**DECLARANTE**

\* Assinatura do RG da autora (evento 1, CPF4)

*Maria do Carmo P. de Ávila*  
ASSINATURA DO TITULAR

\* Assinatura da procuração (evento 1, PROC2)

Maringá-PR, 11 de dezembro 2020.

*Mario B. Pitelli de Ávila*  
**Outorgante**

Embora a assinatura do contrato tenha procurado imitar os traços da assinatura constante do RG da autora, a discrepância é notória.

Cabe também registrar que muito embora este Juízo tenha determinado expressamente que os réus trouxessem à audiência o correspondente responsável pelo contrato, a fim de prestar depoimento (evento 4, DESPADEC1), tal determinação não foi atendida.

Por fim, instatranscrever as observações lançadas pelo Ministério Público Federal, ao emitir seu parecer (evento 46, PARECER1):

*"(...) Cópia do contrato assinado pela parte autora foi apresentado ao evento 32, no qual contam todos os dados da autora, bem como cópia de sua documentação pessoal, contudo, o número de sua residência está equivocado e o correspondente responsável por sua elaboração é desconhecido pela autora. Ressaltou-se, ademais, que a assinatura que nele conta não é igual a sua.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*Em relação a higidez dos dados pessoais, destaca-se que como informado em audiência, anteriormente ela havia contratado dois outros empréstimos consignados por intermédio de um correspondente, de forma que seus dados podem ter sido utilizados para a celebração desse novo empréstimo sem seu consentimento.*

*Outrossim, o CNPJ: 07.452.085/0001-98, indicado como corresponde bancário, possui endereço em Tarabai/SP. Contudo, o espaço destinado ao preenchimento do local e data da celebração do contrato está em branco, o que dificulta a averiguação das informações que nele se apresentam.*

*Por fim, era incumbência do Banco entrar em contato com o responsável pela elaboração do contrato para que comparecesse a audiência, o que não foi realizado.(...)"*

Como dito, a autora não foi favorecida em nada. Na conta dela foram depositados valores, mas com taxa de juros elevada e sem qualquer risco para o Banco Daycoval, já que os descontos são feitos no benefício previdenciário.

**Assim, CONSIDERO INEXISTENTE o contrato nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.**

**Danos materiais**

Todos valores indevidamente descontados do benefício da autora, referentes ao empréstimo consignado em discussão, deverão ser devolvidos em dobro pelo Banco Daycoval, de acordo com o § único do artigo 42 do CDC.

Referidos montantes deverão ser corrigidos pelo IPCA-E desde a data de cada desconto, bem como sofrer incidência de juros de mora de 0,5% ao mês, a contar da citação.

**Danos morais**

O Banco Daycoval E o INSS deverão ser condenados a indenizar a autora pelos danos morais.

A responsabilidade civil encontra-se atualmente regida pelo art. 927, do Código Civil de 2002, nos seguintes termos:

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.*

Especificamente no que diz respeito às pessoas jurídicas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade civil encontra fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, o qual assim preceitua:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...) omissis.*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Denota-se, dos citados dispositivos, que restou acolhida pelo ordenamento jurídico pátrio a responsabilidade objetiva do Estado, a qual, por definição, prescinde da demonstração de culpa ou dolo, bastando "*existir relação de causa e efeito entre ação ou omissão administrativa e dano sofrido pela vítima*" (Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno, 12ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008).

Nesse sentido se encontra pacificada na jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consoante se observa do seguinte precedente, a saber:

*ADMINISTRATIVO. CIVIL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS. FALHA NO SERVIÇO E PREVIDENCIÁRIO. RESPONSABILIDADE DO INSS. DANO MATERIAL - EXISTÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - MAJORAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERTENCEM AO ADVOGADO RECURSO REPETITIVO. 1. No caso em exame, aplica-se a teoria da responsabilidade objetiva, que tem como pressupostos o ato estatal, a relação de causalidade e o dano. 2. Há dano indenizável a partir da falha na prestação do serviço previdenciário quando é descontado valor indevido na aposentadoria do beneficiário, gerando estresse desnecessário à parte autora. 3. Demonstrado o nexo causal entre o fato lesivo imputável ao réu, exsurge o dever de indenizar, mediante compensação pecuniária compatível com a dor moral. [...]. (TRF4, APELREEX 5001807-70.2014.404.7003, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 03/06/2015)*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Conforme previsão estabelecida pela Lei nº 10.820/03, o INSS assume a responsabilidade pela existência da contratação, na medida em que não observou a necessidade de comprovação documental da ocorrência do empréstimo, não se desincumbindo de sua responsabilidade na análise do empréstimo consignado, a saber:

*Art.6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder os descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 681, de 2015)*

*§ 1º Para os fins do caput, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:*

*(...)*

*III - as rotinas a serem observadas para a prestação aos titulares de benefícios em manutenção e às instituições consignatárias das informações necessárias à consecução do disposto nesta Lei;*

Seguindo essa norma, o INSS regulamentou as rotinas da seguinte forma, de acordo com a Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 - DOU de 19/05/2008, em seu art. 3º, *in litteris*:

*Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).*

*I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim; (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009).*

*II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio; e (Alterado pela IN INSS/PRESS nº 39, de 18/06/2009). grifei*

Conforme informado pela autora na audiência, não firmou o empréstimo em questão com o Banco Daycoval; todavia, os descontos foram consignados pelo INSS em seu benefício previdenciário.

5011326-25.2021.4.04.7003

700011769558.V19





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Desse modo, como o INSS não demonstrou ter tomado cautelas referentes à verificação dos dados da titular do benefício previdenciário, responde solidariamente com o Banco Daycoval.

O uso de dados da autora e o fato de autora ter precisado ingressar com processo judicial afastam qualquer tese de mero aborrecimento.

O dano moral é indubitoso.

Os danos morais, na abalizada doutrina de Clayton Reis, "*representam ofensas que ferem a dignidade da pessoa, seus valores repercutem na intimidade, aviltando-lhe os sentimentos e produzindo profundos reflexos psicológicos. O que resulta na constituição da defesa do direito da personalidade a mais significativa forma de tutela do patrimônio moral de que todos os seres humanos são detentores.*" (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019, p. 33).

Por conseguinte, **devem o INSS e o BANCO Daycoval indenizar a requerente pelos danos morais sofridos.**

Valor dos Danos morais

Conforme ensinamentos de Clayton Reis, "*no plano dos danos morais, será certamente impossível dimensionar a extensão do prejuízo. Trata-se de uma investigação de caráter essencialmente valorativo por parte do julgador, em que predomina a sua sensibilidade na aferição do caso concreto. Nesse procedimento, é dever do magistrado proceder à ampla análise da situação fática e concreta do dano para, sopesando os fatores que foram a causa eficiente da ofensa aos direitos de outrem, fixar o valor da indenização compatível com a realidade dos fatos presentes nos autos do processo.*" (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019, p. 108).

Quanto à valoração do dano moral, sabe-se que o ressarcimento, por um lado, deve compensar a vítima em razão da lesão sofrida, mas, por outro, não deve lhe proporcionar enriquecimento indevido. Nesse sentir, se é certo que a jurisprudência não deve tolerar a indústria das indenizações por danos morais, também o é que não deve tolerar a indústria do mero aborrecimento.

Ainda segundo magistério de Clayton Reis, (Dano Moral, 6ª edição atualizada e ampliada, São Paulo: Thomsom Reuters - Revisa dos Tribunais, 2019):



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

*"A responsabilidade civil não pode servir apenas para reparar danos, há de punir determinadas condutas, de forma que possui três funções bem distintas: reparatoria, preventiva e punitiva. A primeira volta-se para a vítima e o dano por ela sofrido. A função preventiva, por outro lado, visa a prevenção de danos que podem ocorrer no futuro. Por fim, o objetivo do viés punitivo do instituto não é reparar o dano, mas sim punir o ofensor. Devemos compreender que o conceito de sanção aqui empregado é de "técnica de controle social", uma medida estabelecida pelo sistema para reforçar a observância das normas. O objetivo primordial dessa sanção é fazer com que o sistema jurídico seja preventivo não apenas a danos, mas também com relação a condutas, ou seja, que a função punitiva da responsabilidade civil seja capaz de inibir esses comportamentos negativos de maneira eficaz. p. 164*

(...)

*Ao proceder a uma sistematização dos critérios mais utilizados na fixação dos danos morais pela jurisprudência brasileira, diante das circunstâncias do evento danoso, destacam-se quatro pontos principais: 1º) a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima (dimensão do dano). 2º) a eventual participação culposa do ofendido (culpa concorrente da vítima); 3º) a intensidade do dolo ou o grau de culpa do agente (culpabilidade do agente); 4º) a condição econômica do ofensor e as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica). p. 201*

(...)"

No caso concreto o **contrato inexistente** tem requintes. Documentos de aposentados e assinaturas falsas são usadas. Não se trata de mero empréstimo.

No caso, não houve qualquer participação culposa da vítima.

A intensidade do dolo é elevada, pelo ardil empregado para realização da fraude. O modo ardil, astuto, malicioso elevam o grau do dolo.

A condição econômica do ofensor e as condições da vítima também demonstram que a sanção não pode ficar em patamares mínimos, pois são valores descontados por Bancos e Instituições financeiras em benefícios previdenciários. Ou seja, os descontos afetam a natureza alimentar dos benefícios previdenciários e afetam pessoas idosas e vulneráveis economicamente.

Sopesando todos estes aspectos, e ressaltando a relevância do caráter preventivo e punitivo na conduta do ofensor, fixo a indenização dos danos morais nos seguintes valores.

**R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o BANCO DAYCOVAL**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

**R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o INSS.**

Em se tratando de danos morais, deverá incidir correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), desde o arbitramento do valor da indenização (**Súmula n.º 362 do STJ, ou seja, a partir da presente sentença**) e juros de mora pelo índice de remuneração da caderneta de poupança, sem capitalização, desde o evento danoso (**(data de assinatura do empréstimo fraudulento)**) - STJ Súmula 54.

**Registro que o valor de R\$ 1.476,56 referente ao crédito disponibilizados pelo Banco Daycoval à autora em 22/03/2021, deverá ser deduzido do montante devido à autora pelo Banco Daycoval a título de danos materiais e morais, por força da presente decisão.**

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, rejeito as preliminares arguidas, confirmo a tutela de urgência concedida e **JULGO PROCEDENTE** o pedido (art. 487, I, do CPC), para, **RECONHECENDO A INEXISTÊNCIA DO CONTRATO nº 50-8672937-21, no valor de R\$ 1.476,56.**

a) Condenar o BANCO DAYCOVAL a cancelar, de forma definitiva, qualquer desconto de prestações relativas ao Contrato nº 50-8672937-21, do benefício de titularidade da autora (NB 079.306.806-1).

b) Condenar o BANCO DAYCOVAL a restituir, em dobro, todos os valores referentes às parcelas do contrato nº 50-8672937-21, indevidamente descontados do benefício da autora, acrescidos de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

c) Condenar o BANCO DAYCOVAL a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

d) Condenar o INSS a pagar à autora indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação.

**Nos termos da fundamentação supra, dos valores devidos pelo Banco Daycoval à autora deverá ser abatido o montante de R\$ 1.476,56, devidamente corrigido.**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu**

Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95, c/c art. 1º da Lei 10.259/01).

Sentença publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.

Independentemente do trânsito em julgado, remeta-se cópia desta sentença às instituições abaixo para, no âmbito de suas atribuições, adotarem as medidas que entenderem cabíveis:

- a) ao Presidente do Banco Central do Brasil;
- b) ao Presidente do Conselho de Administração do Banco Daycoval.
- c) ao Presidente do INSS.
- d) ao Ministério da Justiça.
- e) ao Procurador Geral da República.
- f) ao Presidente da Febraban.

g) à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tendo em vista o disposto nos artigos 55-J, IV e 55-K da Lei 13.709/2018

Havendo recurso, intime(m)-se a(s) parte(s) contrária(s) para apresentação de contrarrazões, no prazo de dez dias. Juntados os eventuais recursos e as respectivas contrarrazões apresentadas no prazo legal, remeta-se o processo à Turma Recursal.

---

Documento eletrônico assinado por **RONY FERREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700011769558v19** e do código CRC **f5d291fb**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): RONY FERREIRA

Data e Hora: 16/5/2022, às 22:20:26

---

5011326-25.2021.4.04.7003

700011769558.V19



07/12/2018

Número: **0707205-16.2018.8.07.0009**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito Almir Andrade de Freitas**

Última distribuição : **14/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

**Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRENTE)</b>	
	<b>IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)</b>
<b>UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (RECORRIDO)</b>	
	<b>DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)</b> <b>CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)</b>

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6547234	05/12/2018 17:07	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

**Órgão** Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO  
FEDERAL

**Processo N.** RECURSO INOMINADO 0707205-16.2018.8.07.0009

**RECORRENTE(S)** BANCO DAYCOVAL S/A

**RECORRIDO(S)** UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

**Relator** Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

**Acórdão N°** 1141698

## EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 28 DO INSS. NULIDADE DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

I. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

II. A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

III. No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).





IV. Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

V. Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

VI. Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”.

VII. Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

VIII. Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

IX. Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

X. Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



XI. Recurso conhecido e provido em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais.

Custas recolhidas. Sem honorários ante o provimento recursal. **Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.**

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Dezembro de 2018

**Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS**  
Presidente e Relator

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré em face da sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial, determinando a suspensão dos descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora, condenando o banco requerido a pagar a parte autora, o valor de R\$8.579,00, a título de repetição de indébito e o valor de R\$3.000,00, a título de reparação por danos morais.

Em seu recurso o banco recorrente sustenta, em apertada síntese, que não houve falha no dever de informação, tendo a parte autora plena ciência dos termos da contratação. Defende que, na ausência de ilícito, não há que se falar em condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Contrarrazões apresentadas (ID 6242172).

É o relatório.



## VOTOS

### O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator

Recurso próprio, tempestivo e com regular preparo (ID 6242163 e 6242165).

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e, a partir do exame dos autos, devo lhe dar integral provimento.

De início, há que se destacar que a relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).

Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que *“estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”*.

Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a



pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “**da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação**”.

Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.

Ante o exposto conheço o recurso interposto, dando-lhe provimento em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais. Custas recolhidas. S em honorários ante o provimento recursal.

**Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.**

É como voto.

**O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal**



Com o relator  
**O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal**  
Com o relator

**DECISÃO**

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME.